

O Salto

O JORNAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES EMIGRADOS

VASCO MC MARTINS

LE JOURNAL DES TRAVAILLEURS PORTUGAIS IMMIGRES - B.P. 95 - 75 522 PARIS CEDEX 11 - C.C.P. 562 685 - MENSUEL - 1 DM - 1 FI - 10 FB - 1 F

Editorial

«O Salto»: uma força anti-eleitoralista

Desde o primeiro número que o nosso jornal definiu qual a sua posição face às «eleições» em Portugal. Desde esse número que combatemos os que tentam desviar as massas populares da luta pela satisfação das suas aspirações fundamentais, tentando amarrá-las ao boletim de voto.

Hoje, devemos determinar claramente: qual a função que o nosso jornal deve ter na luta que se vai travar contra a farsa «eleitoral» de Outubro; como multiplicar por 10, por 20 as iniciativas que serão tomadas pelos leitores, pelos grupos de apoio ao jornal, pelas associações; como unificar o conjunto do movimento anti-eleitoralista na emigração; como lhe dar a orientação clara e precisa que ele necessita.

Se é um facto que a larga maioria dos trabalhadores portugueses já não vai em cantigas eleitorais, também é verdade que muitos se sentem isolados.

Há leitores de *O Salto* que ainda dizem «sou só eu que leio *O Salto*», mesmo apesar dos grandes progressos feitos na sua unificação. Os leitores que se sentem isolados, não

vêm que para além do seu prédio, da sua fábrica, há milhares de outros prédios e fábricas onde trabalhadores como eles lêem *O Salto*.

*Não camarada! Não és só tu!
Hoje já somos milhares!*

continua na p. 5

REGULARIZAÇÃO DOS CLANDESTINOS

Até 30 de Setembro

LER ARTIGO NA PÁGINA 6

OS PARTIDOS FACE ÀS "ELEIÇÕES" DE OUTUBRO

As eleições para deputados à assembleia nacional são sempre um revelador da situação política existente no país. Em Portugal, onde este ano há «eleições» para deputados à assembleia «nacional», passa-se o mesmo.

Com efeito, nestas ocasiões todos os partidos, todas as organiza-

ções políticas representativas dos diferentes sectores da burguesia e naturalmente o partido do proletariado também, definem-se claramente face ao acontecimento. O período eleitoral assume então as funções dum espelho que mostra com fidelidade quem são os verdadeiros amigos do povo e quem são

os seus inimigos, quem luta por servir o povo e quem o combate. Em particular, o período eleitoral constitui sempre uma boa ocasião para se desmascaram os falsos amigos do povo perante as massas porque aqueles, numa questão crucial como é a das eleições, são obrigados a mostrarem-se tal como são — como renegados traidores da classe operária, como agentes da burguesia infiltrados no seio dos trabalhadores para sabotar as suas lutas progressistas pela transformação radical da sociedade capitalista.

É tendo em consideração o que foi dito que *O Salto* apresenta neste artigo as posições que os diferentes partidos e organizações políticas portuguesas têm defendido nas suas publicações, declarações e comunicados relativamente às próximas «eleições».

Antes, porém, *O Salto* quer precisar a seguinte questão. *O Salto* é o jornal dos trabalhadores portugueses emigrados. Como não podia deixar de ser, também ele tem uma posição muito bem definida sobre as próximas «eleições». Essa posição vem exposta com profundidade

na parte do artigo «O Tomás voltou a ser 'eleito'», publicado no número 12 do jornal, em Setembro de 1972, que tem os subtítulos *A utilização das eleições pela classe operária e Como utilizar as «eleições fascistas?»*

De facto, embora o texto referido tenha sido feito há um ano e a propósito de outras «eleições», mantém toda a sua actualidade. É isto por duas razões: porque o tema eleições é aí abordado na generalidade, e porque não há qualquer factor novo que altera a posição então defendida e que é resumidamente a seguinte:

— em Portugal, onde as massas trabalhadoras já compreenderam que as «eleições» são uma farsa, não servem para nada, e que é necessário passar a formas superiores de luta, os representantes dos trabalhadores, se querem sê-lo realmente, só podem seguir uma política: continuar a denunciar as burlas «eleitorais» fascistas, denunciar a burguesia liberal e os falsos amigos dos trabalhadores que espalham

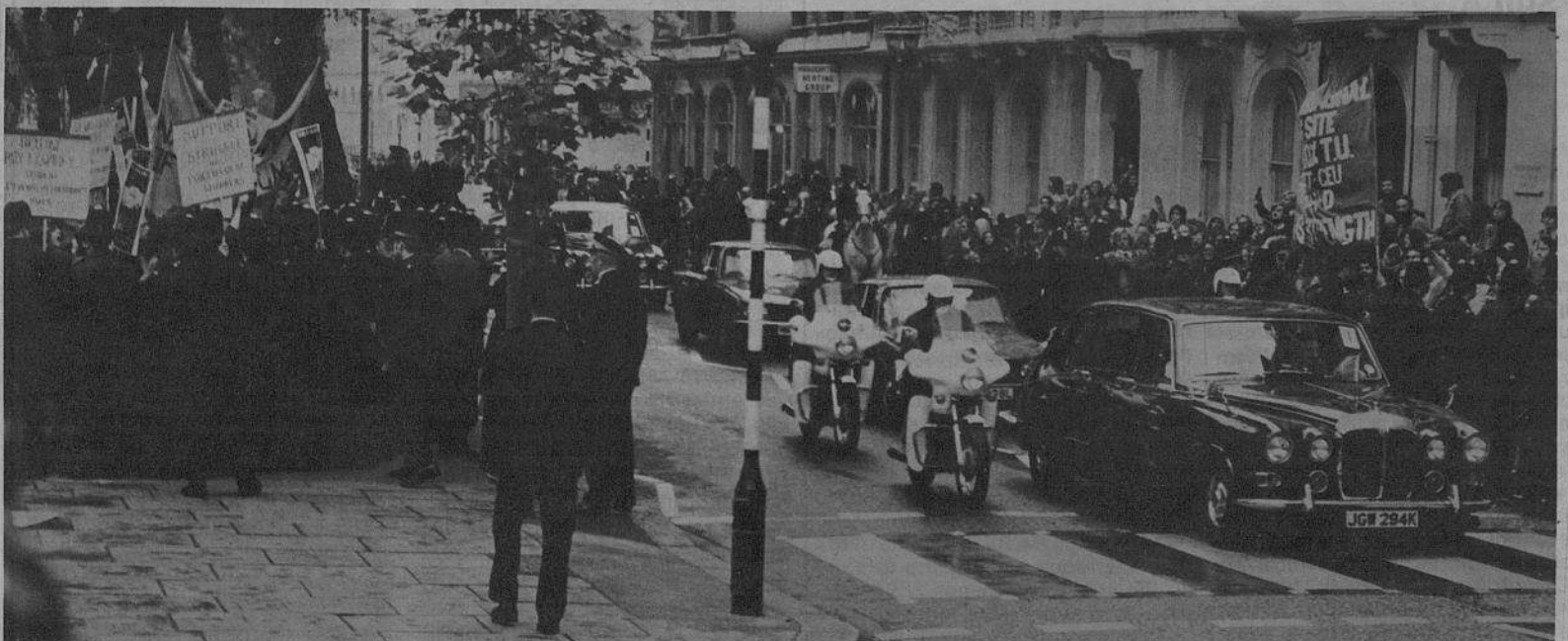
continua na p. 3



Um exemplo dos crimes dos colonialistas portugueses em Angola. Ler na p. 11 o artigo Massacres em Moçambique.

"FUI A PORTUGAL"

LER UMA INTERESSANTE REPORTAGEM NA P. 7



Um aspecto das manifestações ocorridas em Londres quando da visita de Marcelo.

O SALTO

56, rue de la Fontaine-au-Roi
75011 PARIS
Metro Concourt

Horas de abertura

2ª feira das 16h às 22h 30
Sábado das 16h às 20h

Secção Social
Vendas
Redacção
Secretaria

A TRAIÇÃO DO REFORMISMO

E o Chile?

A 11 de Setembro corrente, um golpe de estado fascista, organizado por militares a soldo do imperialismo americano, derruba o governo da burguesia reformista de Salvador Allende¹.

Dessa maneira brusca acabava-se o que os reformistas de todos os países apelidavam «a experiência chilena» e «modelo de passagem pacífica ao socialismo».

Segundo informações, a classe operária tem oposto uma resistência tenaz às tropas fascistas mas, por falta de uma força que a dirija, essa resistência não pode, de momento, transformar-se na onda revolucionária que derrube a ditadura da burguesia e instaure o poder popular.

Se a resistência da classe operária não se pode transformar nessa onda, deve-se, sobretudo, à traição vergonhosa dos partidos reformistas que formavam a «Unidade Popular» e, em particular, à traição do Partido Comunista Chileno² que, contra as leis da história, contra a experiência de luta de longos anos do proletariado, contra o exemplo das revoluções populares (Rússia, China, Albânia, Vietnã, etc.) preconizava única e exclusivamente a «via pacífica» para a instauração do poder popular, opondo-se mesmo aos elementos da pequena burguesia radical, nacionalistas, que no governo da «Unidade Popular» defendiam que se devia formar nas fábricas «grupos de auto-defesa operária».

Os partidos reformistas da «Unidade Popular» não armaram os operários e camponeses chilenos para que estes pudessem enfrentar e vencer as forças reaccionárias do Chile; estes partidos reformistas não se puseram à frente das massas trabalhadoras para organizar a resistência armada; estes partidos traíram, em toda a linha, as massas trabalhadoras que neles depositavam confiança, deixando-as entregues à sua própria sorte sem um estado-maior que as dirija.

A vergonhosa traição do Partido Comunista Chileno e dos outros

partidos reformistas da «Unidade Popular» levou ao seu desmascaramento completo perante a classe operária e as massas trabalhadoras do Chile e do mundo inteiro.

E o Chile? Diziam os reformistas portugueses, franceses e outros quando, entre a espada e a parede, não conseguiam encontrar mais argumentos para demonstrar que se consegue passar «pacificamente ao socialismo».

Para eles, o Chile era o exemplo flagrante de que se podia passar ao socialismo por via pacífica.

Pois bem, o Chile continua a ser exemplo. O Chile, é mais uma vez o exemplo, que não nos devemos deixar ludibriar por aqueles que nos querem amarrar ao boletim de voto. O Chile, é mais uma vez, o exemplo de que se a classe operária e as massas trabalhadoras só têm em conta na sua luta aquilo que é permitido pelas leis burguesas — o que foi sempre defendido pelos traidores reformistas dos partidos da «Unidade Popular» — elas nunca sairão do estado de servidão, pois a burguesia nunca cedeu à classe operária e às massas trabalhadoras senão o que estas conquistaram

em batalhas muitas vezes rudes e sangrentas.

Muitos dos trabalhadores que se deixavam embalar pela demagogia reformista vão certamente tirar as lições deste golpe militar fascista — que a burguesia não respeita nenhuma legalidade e usará da violência sempre que necessite.

Que o sangue derramado pela classe operária do Chile, sirva de exemplo!

Apoiemos por todos os meios ao nosso alcance a heróica luta armada da classe operária e dos trabalhadores do Chile!

1—O governo de Salvador Allende, chamado da «Unidade Popular», compreendia os partidos seguintes: Partido Socialista, Partido Radical, Partido Comunista Chileno, MAPU e APL. Tinha ainda o apoio do MIR (Movimento da Esquerda Revolucionária).

2—Este partido é acusado, há já vários anos, por forças autenticamente populares do Chile, de ter traído o marxismo-leninismo, o comunismo e o internacionalismo proletário, de ser um partido a soldo do social-imperialismo russo e de ser o partido agente da burguesia junto das classes trabalhadoras.

CHINA

O X CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA

Teve lugar em Pekim, sob a presidência de Mao Tsé-tung, do dia 24 a 28 de Agosto, o X Congresso do Partido Comunista da China.

Nesse congresso estavam presentes 1 249 delegados mandatados pelos 28 milhões de membros do Partido. Os operários, camponeses e soldados constituíram 67% do número total de delegados, as mulheres mais de 20%.

O Congresso, depois de ter aprovado o relatório político apresentado por Chu En-lai, o relatório sobre a modificação dos estatutos apresentado por Wang Hong-wen

e os «Estatutos do Partido Comunista da China», elegeu o novo Comité Central.

O Congresso condenou vigorosamente os crimes cometidos por Lin Piao e todos aqueles que com ele tentaram restaurar na China o poder da burguesia.

O X Congresso do Partido Comunista da China veio reforçar a orientação traçada pelo grande guia dos povos de todo o mundo Mao Tsé-tung. Orientação essa que fez da China a rectaguarda segura de todos os que lutam contra o capitalismo, o imperialismo e o social-imperialismo.

Foram editados pelas Edições em Línguas Estrangeiras, de Pequim, os informes de Chu En-lai e de Wang Hong-wen. A leitura destes documentos é muito importante para a compreensão da China socialista e da sua luta no plano mundial.

PROVOCAÇÃO SIONISTA

No dia 10 de Agosto, um avião civil libanês foi obrigado a aterrar no aeroporto militar de Haifa por dois caças israelitas. Esta operação de pirataria destinava-se a capturar vários dirigentes palestinos cujos nomes constavam da lista de passageiros. Os cálculos dos sionistas saíram-lhes, porém, furados, pois as medidas de precaução tomadas pelas organizações de resistência árabe conseguiram enganar os serviços de informação israelitas, que contam com o apoio da CIA, através da embaixada americana de Beirute.

As organizações de resistência palestina definiram publicamente a sua posição em relação aos desvios de aviões, condenando a sua utilização na luta do povo árabe.

Os sionistas, que violam constantemente a integridade territorial dos estados árabes, ocupando grandes extensões do seu território, e que tentam por todos os meios liquidar a justa luta do povo palestino, declararam, arrogantemente, pela boca de Dayan, ministro da defesa, que continuariam a combater os «terroristas» em todos os momentos e em toda a parte onde fosse possível.

Os Estados Unidos, que se servem de Israel como base de agressão, foram obrigados a condenar verbalmente este acto de pirataria dos seus protegidos, mas opuseram o seu veto, na ONU, à adopção de sanções contra Israel, e continuam a fornecer-lhe grandes quantidades de material militar.

SUIÇA

Manifestações contra o colonialismo português

Lausanne, do nosso enviado especial.

«Tem havido aqui na Suíça uma grande mobilização contra a participação do governo fascista português no «Comptoir» (Feira Comercial). Quase diariamente se realizam projecções de filmes e exposições sobre as lutas de libertação nacional dos povos das colónias e sobre os movimentos de libertação.

Sexta-feira, dia 7 de Setembro, o escritório da TAP foi ocupado durante meia hora por um grupo de anticolonialistas para protestar contra a presença de Portugal no «Comptoir». No Sábado, dia de abertura da feira, houve uma grande manifestação que reuniu cerca de 4 mil anti-colonialistas, o que, para uma cidade como Lausanne, é muito. No final da manifestação, representantes de diferentes organi-

zações suíças denunciaram num comício a política fascista e colonialista do governo português, sendo longa e vibrantemente aplaudidos.

Grupos de manifestantes tentaram em seguida ocupar o pavilhão português, batendo-se, para isso, contra a polícia.

É ainda de assinalar que os representantes do fascismo não conseguiram encontrar nenhuma mulher que aceitasse servir de receptionista na feira. Todas elas se recusaram.

Além do pavilhão português tem sido um fiasco assim como a feira no seu conjunto: menos 2/3 de visitantes que os anos anteriores.»

Como nos diz ainda o nosso correspondente «a luta contra a presença dos representantes do colonial-fascismo português na feira continua».

Brejnev e os homens de negócios americanos

Durante a recente viagem que fez aos Estados Unidos, o secretário do Partido Comunista da União Soviética¹, L. Brejnev, encontrou-se com os representantes dos mo-

operação soviéticos, pela timidez e falta de envergadura da sua actividade, e declarou, «com a mesma franqueza», que queria criticar também os monopolistas americanos,



As duas faces da mesma medalha: o imperialismo e o social-imperialismo.

nopolistas americanos. Estes estão muito interessados no investimento de grandes capitais na União Soviética, tentando chegar primeiro que o Japão ou a Alemanha ao vasto mercado Soviético, na previsão de chorudos lucros.

Após agradecer aos organizadores a oportunidade de contactar os representantes dos monopolistas, Brejnev declarou que era necessário renunciar às antigas concepções sobre comércio e cooperação, pois a «revolução científica e técnica», teria modificado toda a situação; era urgente pôr fim ao passado de «guerra fria», tanto em política como na economia. Neste período, a União Soviética, devido à sua política firmemente internacionalista, era odiada pelos imperialistas. Os esforços nesta via, prosseguiu Brejnev, seriam o critério pelo qual os povos deviam decidir do apoio aos seus governos.

Brejnev revelou que tinha criticado muitos departamentos de co-

«embora reconhecendo a sua seriedade», por não manifestarem suficiente ousadia e envergadura de espírito e estarem presos a ideias caducas. Os «criticados» aplaudiram demoradamente.

Nota

1. Embora conserve o seu antigo nome, este partido abandonou a sua orientação proletária.

namíbia

FANTOCHADA «ELEITORAL»

As «eleições» organizadas na Namíbia (Sudoeste Africano) pelo governo sul-africano, destinadas a reforçar a política de «apartheid» e a situação colonial do povo ovambo, foram um fracasso completo.

Tentando sabotar a unidade nacional e a integridade territorial da Namíbia pela criação de «bantustans autónomos», o governo racista de Pretória desenvolveu uma campanha demagógica, reforçou a repressão e proibiu as reuniões.

Apesar destas medidas, a Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO) denunciou vigorosamente a farsa «eleitoral» e promoveu manifestações, apelando para o boicote maciço.

A atestar a correcção desta posição e coesão do povo estão os resultados: ao fim do 2.º dia, em 50.000 eleitores — escolhidos pelas autoridades coloniais entre os 350.000 ovambos — apenas 823 tinham votado, na maioria funcionários do regime colonial.

Durante a reunião especial em Lusaka do Conselho da ONU para a Namíbia, o representante da República Popular da China declarou que «tentando prolongar por todos os meios o seu domínio na Namíbia, as autoridades colonialistas da África do Sul propõem-se não sómente manter uma base para prosseguir a sua agressão armada e as suas actividades subversivas contra os países africanos vizinhos, em cooperação com os colonialistas portugueses e rodesianos e com o apoio do imperialismo, do colonialismo e do neocolonialismo, mas também pilhar em maior quantidade os recursos naturais do povo ovambo».

Foi a continuação desta política colonialista, exercida pelos racistas da África do Sul, que o povo ovambo rejeitou e contra a qual luta vigorosamente, desfrutando da solidariedade dos trabalhadores de todo o mundo.

camboja

O povo prossegue a sua luta vitoriosa

O imperialismo americano e o governo fantoche de Lon Nol continuam a sofrer pesadas derrotas ante a ofensiva enérgica das Forças Armadas de Libertação Nacional do Camboja (FALNK). A imprensa ocidental revela que, no próprio seio do governo fantoche, alguns dos cúmplices do golpe de estado fascista de 18 de Março de 1970 sugeriram «negociações» com o chefe do FUNK e legítimo chefe do Estado, príncipe Sihanuk.

A pressão da opinião pública dos Estados Unidos e do mundo inteiro levou o Parlamento e o Senado americanos a cortarem os fundos necessários a Nixon para prosseguir os criminosos bombardeamentos. Por essa razão, assistimos agora às ameaças de intervenção por parte dos fanteches de Saigão, à entrega precipitada de material de guerra aos restos do exército fantoche e à intensificação dos bombardeamentos.

Por seu lado, o social-imperialismo russo ensaia uma manobra oportunista, classificando na sua imprensa os patriotas como «verdadeiros representantes do povo khmer», embora continue a não reconhecer o GRUNK e mantenha a sua embaixada em Phnom-Penh em relação com os fanteches.

Prevedo a iminente derrocada, os imperialistas e os seus lacaios tentam impedi-la fazendo apelos às «negociações», à «concordia nacional», à «resolução das divergências sem intervenção estrangeira» e espalhando boatos sobre pretensos contactos entre o GRUNK e a camarilha de Phnom-Penh.

Depois das bombas (o equivalente mensal a 7-8 bombas atómicas tipo Hiroshima) passam à fase dos sorrisos. Mas quer umas quer outras não impedirão a vitória total do povo khmer, cuja posição ficou bem expressa na Declaração solene do Congresso Nacional de 21 de Julho passado:

1) Que os imperialistas americanos e os seus lacaios cessem incondicionalmente a agressão e os bombardeamentos, retirem todo o seu pessoal militar e cessem a ajuda aos traidores de Phnom-Penh;

2) Que os traidores de Phnom-Penh e o seu regime fascista sejam eliminados;

3) Que o FUNK e o GRUNK assumam a inteira direcção do país para edificar um Camboja verdadeiramente independente, soberano, pacífico, neutro, unido, democrático e próspero na sua integridade territorial.

OS PARTIDOS FACE ÀS "ELEIÇÕES" DE OUTUBRO

continuação da p. 1

ilusões acerca delas, aproveita o momento político que nessas alturas se cria para educar e mobilizar as massas trabalhadoras com vistas a organizar amplas acções e a utilizar formas de luta que transbordem para além dos limites que a burguesia lhes pretende impor.

Vamos passar a expor as posições dos partidos e das organizações políticas que nos seus programas dizem defender os interesses dos trabalhadores, isto é, a Acção Socialista Portuguesa — ASP, Partido Comunista Português — PCP, Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista) — PCP(m-l). Falta a posição da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN) que será apresentada no próximo número do jornal.

Considerou-se que não havia qualquer interesse em perder tempo expondo a posição ultra-reaccionária, manifestamente anti-popular do partido governamental fascista, a Acção «Nacional Popular», nem a posição das outras facções da burguesia fascista, seja a da SEDES, seja a da Liga dos Combatentes do «Ultramár». Os trabalhadores portugueses conhecem sobejamente os programas políticos dos fascistas, cujo único fim é perpetuarem a exploração intensa e a repressão violenta dos operários e camponeses de Portugal.

Por outro lado, considerou-se que também não havia qualquer razão que justificasse a apresentação das posições de certos agrupamentos políticos existentes sobretudo nos meios intelectuais. Pois, para além de não possuírem um programa político onde os objectivos estratégicos e táticos da revolução em Portugal estejam claramente definidos, eles não possuem tão pouco, nos seus folhetos de propaganda, declarações precisas sobre a sua posição face às «eleições».

ACÇÃO SOCIALISTA PORTUGUESA (ASP)

No número 34, de Janeiro de 1973, do «Portugal Socialista», órgão da Acção Socialista Portuguesa, vem exposta a posição desta organização política relativamente às eleições. No artigo «O Ano de 1973» assinado por Carlos Fontes fala-se assim daquilo a que se chama «ano eleitoral»:

«Sucede que 1973 é um ano de «eleições». As «eleições» caetanistas, como ficamos sabendo desde 1969, não são diferentes das «eleições» salazaristas. São uma farsa. O governo (...) prepara-se para pôr em marcha uma operação de intimidação da oposição portuguesa, em grande escala, que lhe torne a vida amena durante os meses que nos separam das «eleições» de Outubro.

«Mas, por outro lado, como precisa do concurso da oposição — para estrangeiro ver — autoriza certas manifestações exteriores dessa mesma oposição para desencorajar a corrente abstencionista que já se esboça. É neste contexto que se deve compreender a autorização para a realização do Congresso da Oposição Democrática em Aveiro.

Isto, é o que é dito a páginas tantas do referido artigo. Seguidamente a ASP declara-se anti-eleitoralista. No entanto, no mesmo artigo e ainda na mesma secção («Ano Eleitoral»), depois de confessar que «a ASP não acredita na seriedade do governo de Caetano» e de dizer «nem pensa que o problema português se possa resolver por meio de eleições», pensamento que é justificado pelo facto de que «os fascistas não jogam a sério o jogo da democracia», não apresenta claramente qualquer alternativa para a resolução do «problema português» a não ser uma série de processos reivindicativos e reformistas, e anuncia, isso sim muito limpidamente, os seguintes propósitos:

«Mas (a ASP) considera que os próximos meses abrem um campo vasto à iniciativa dos democratas — que deve ser aproveitado com audácia, imaginação, perseverança e sem sectarismo».

E continua, acabando por defender sem pejo nenhum a participação na campanha «eleitoral»:

«Sem tomar, desde já, posição sobre o problema da ida ou não até

ao momento do voto — antes pondo grandes reservas a essa circunstância, se não forem arrancadas ao governo garantias substanciais no que refere a um recenseamento sério e às indispensáveis liberdades de organização política e de propaganda eleitoral — a ASP considera que é dever de todos os democratas intervir na campanha eleitoral que se prepara, chamando a atenção do eleitorado para os grandes problemas nacionais e criando entre os portugueses um dinamismo político novo».

Em Março de 1973 saiu o nº 35 de «Portugal Socialista» que integra um artigo intitulado «Por uma Sociedade Socialista», da autoria de Tito de Morais. Aí vai-se mais longe: levanta-se mesmo a possibilidade de participar no «acto eleitoral», isto é, põe-se a hipótese que a ASP venha a convidar os trabalhadores a votarem.

«A campanha eleitoral, onde a nossa intervenção nos parece fora de discussão, será o índice indicativo das intenções do governo.»

E essa possibilidade «depende substancialmente da medida em que nos pudermos livremente organizar para atingir a massa dos eleitores em igualdade de condições com o partido único.»

E as esperanças na «boa» vontade do governo durante o período eleitoral, que permitiria a organizações como a ASP fazerem a sua campanha, consubstanciam-se do seguinte modo:

«Devemos começar por forçar o alargamento do período de «liberdade suficiente» que «magnanimamente» nos tem sido concedido, partindo de uma realização de pequenas reuniões de socialistas, que não precisam nem devem ser comícios.»

Estas precauções são reflexo do receio duma ofensiva repressiva policial. Todavia, este receio é contrabalançado pela prova de confiança de que a ASP faz alarde, acreditando que o governo será obrigado a ceder:

«É evidente que devemos esperar da parte do governo os maiores obstáculos à realização desta mobilização da opinião pública, obstáculos que se traduzirão inclusivamente por um aumento de repressão policial, mas o governo acabará por ceder, acabará por ser forçado a abrir as malhas ou então desmascarar-se completamente antes (o que é importante) da realização do acto eleitoral.»

Portanto, considera-se que o governo ainda não está suficientemente desmascarado e que a campanha «eleitoral» poderá contribuir decisivamente para se conseguir isso.

Em resumo, podemos concluir, que a ASP, à partida para as «eleições», tem a seguinte posição: entra na campanha «eleitoral» e logo se verá: se o governo tiver intenções de deixar as organizações políticas como a ASP fazerem as suas campanhas em «igualdade de condições» do partido único (a Acção «Nacional Popular») — hipótese que a ASP põe como sendo possível —, a ASP apelará os trabalhadores a irem às urnas.

A ASP, no primeiro artigo citado, considera que «a movimentação para-eleitoral é apenas um dos campos em que se trava a luta contra o fascismo». Diz ainda que há outros campos de luta. Mas a respeito duma questão fundamental como é esta — saber como é que o movimento democrático e popular poderá derrubar o fascismo — não se pronuncia. Uma coisa é certa: em nenhum texto a ASP declarou defender a luta armada como único meio ao dispor das classes trabalhadoras para se libertarem do jugo fascista.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)

No *Avante!*, órgão central do Partido Comunista Português, de Novembro de 1972, a certa altura afirma-se que uma das «principais questões que importa considerar na definição da orientação para a actividade imediata» é «a batalha do recenseamento como objectivo mais próximo, concebida como uma campanha de massas que deve começar a ser preparada e organizada em todos os distritos, independentemente do que se venha a resolver noutros aspectos de acção política em volta das «eleições»».

Esta clara disposição de participar activa e intensamente em todas as fases das próximas «eleições», a começar pelo recenseamento, sofreu já um grande revés: o povo trabalhador, os operários e os camponeses de Portugal, mantiveram-se alheios a essa actividade eleitoralista e a esmagadora maioria não se inscreveu nos cadernos eleitorais.

Num outro documento das «Edições Avante», que tem o título «Por Uma Grande Campanha Política de Massas», publicado já este ano, continua a defender-se obstinadamente a participação nas «eleições».

«Os factos mostram que o governo prepara nova mascarada «eleitoral». Proibiu e reprimiu a campanha de recenseamento, encerrando postos, declarando o carácter «subversivo» das Comissões de Recenseamento, ameaçando e intimidando. Anuncia o propósito de exclusão de candidaturas. Leva presentemente a cabo cortes em massa de nomes nos cadernos eleitorais. Apesar disso, o movimento democrático prepara-se para «concorrer às eleições»».

A concorrência as «eleições» por parte da «oposição democrática» é ponto assente para o PCP. E quanto ao problema de votar ou não votar?

«Se o governo insiste em pretender impedir a actividade do movimento democrático, em reprimir as reclamações populares, em preparar sem escrúpulos mais uma mascarada, não será de esperar que as forças antifascistas venham em tais condições a decidir ir às urnas. É cedo porém para tomar qualquer decisão a esse respeito. A decisão terá de ser determinada oportunamente segundo os resultados da luta alcançados e pela definição das vantagens ou desvantagens políticas para o presseguinte da luta de massas, o que só numa fase mais adiantada se pode correctamente avaliar.»

Ao dizer que a ida às urnas depende dos escrúpulos do governo, o PCP acredita que este poderá vir a tê-los. E mostra também que o PCP alimenta ainda a esperança de que o governo fascista vai realizar eleições livres.

Sobre a apresentação de candidatos exprime a seguinte posição: «O PCP defende a apresentação de candidaturas unitárias, gozando da confiança das estruturas democráticas. As candidaturas devem assegurar a defesa dos objectivos do movimento democrático, repetidas vezes afirmados, e duma acção unitária de massas, antes, durante e depois das «eleições»».

Mais à frente, põe-se o problema da aceitação por parte do governo dos candidatos da «Oposição» como uma questão de força desta e não como uma manobra que o governo poderá utilizar para dar um ar democrático às «eleições»:

«Mesmo que forçado a aceitar a apresentação de candidatos da Oposição, o governo tudo fará para impedir o desenvolvimento duma grande campanha. Levantará toda a espécie de entraves. Procurará proibir, como em 1969, que se discuta a questão colonial. Aprenderá materiais. Utilizará largamente a intimidação e a repressão.»

As restrições que o PCP admite que o governo porá à campanha que a «oposição democrática» se propõe levar a cabo parece que são consideradas como um mal que não existe outro remédio senão aceitá-lo.

Referindo-se à questão da unidade afirma-se que «o PCP defende consequentemente uma política de unidade sem discriminações». Fala-se de «unidade da classe operária e das massas em luta» mas fala-se também de «unidade entre todas as correntes antifascistas» e portanto, onde têm lugar todas as secções da burguesia antifascista.

Sobre os objectivos e «perspectiva imediata» que movem a «oposição democrática» a apresentar candidatos seus, diz o PCP:

«(...) A perspectiva imediata, que determina a apresentação de candidatos nem é «vencer as eleições», nem «preparar a insurreição». O objectivo é a perspectiva de conduzir uma grande campanha política e conquistar posições para prosseguir posteriormente a luta.»

Por grande campanha política

entende o PCP «a luta por objectivos concretos» entre os quais se inclui a «possibilidade da organização e propagação legais, a título permanente».

Por conseguinte, considera que depois das «eleições» há a possibilidade do governo fascista conceder autorização para que a «oposição democrática» se organize e faça propaganda. Confia que o governo vai autorizar desta vez, ao contrário do que fez em 1969, em que proibiu logo a seguir às «eleições» de então as CDEs e CEUDs, a organização de grupos do tipo desses.

Os outros objectivos pelos quais a «oposição democrática» luta são: a conquista das liberdades democráticas fundamentais, o fim da repressão, da guerra colonial, do congelamento de salários, da carestia de vida, a diminuição do peso dos impostos, o fim do domínio dos monopólios e da submissão ao imperialismo. Estes são os objectivos que o PCP acredita serem possível conquistar-se no quadro do actual regime.

Sobre a questão fundamental da conquista do poder diz-se no referido texto:

«(...) As camadas governantes declaram o propósito de continuar a impôr pela força a sua política. Seria iludir-se e iludir o povo português afirmar que, em tais condições, para pôr fim à ditadura e conquistar a liberdade, se pode prever uma via que não seja a insurreição popular.»

No entanto, é de estranhar esta posição pois, algumas linhas atrás, dizia-se:

«Nas condições existentes, as «eleições» fascistas, se convenientemente aproveitadas, possibilitam que se discuta o poder, não que se conquiste.»

Isto é, admitia-se que em certas condições, diferentes das existentes, é possível a conquista do poder através das «eleições».

Aliás, esta é uma posição constante da referida organização pois, no seu programa político aprovado em congresso, diz-se que se podem vir a verificar:

«... condições para a instauração por via pacífica dum regime democrático ...».

PARTIDO COMUNISTA DE PORTUGAL marxista-leninista PCP (m-l)

Datado de Março do corrente ano, o nº 16 de «Unidade Popular», órgão central do Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista), insere um artigo intitulado «Contra a Farsa «Eleitoral»» onde se encontra definida a posição do Partido face às eleições.

Nesse texto põdo em relevo a importância que há em «ter ideias muito claras» sobre as «eleições», o PCP(m-l) afirma:

«Ter ideias muito claras sobre como encará a palhaçada «eleitoral» que se aproxima e como agir face a ela é uma questão de grande importância para os operários revolucionários, pois o que está em causa é a própria emancipação da classe operária, é a escolha do justo caminho a seguir para esmagar a exploração da burguesia.»

Referindo-se ao modo como aos comunistas se põe a questão das eleições num regime de democracia burguesa diz-se a certa altura no referido texto:

«(...) Para os comunistas a questão põe-se assim: participar nas eleições vai ou não contribuir para elevar a consciência dos trabalhadores? Vai ou não contribuir para que o movimento revolucionário dê um passo em frente na via do desencadeamento da luta armada, na via da revolução?»

«Ora, acontece por vezes que para conduzir as massas à consciência da necessidade da luta armada se torna necessário participar em eleições burguesas. Em que condições? Quando os trabalhadores ainda têm os olhos postos no parlamento burguês; quando ainda pensam que se forem eleitos candidatos que defendam as suas aspirações (...) possa vir a melhorar a sua situação e modificar a natureza do governo.»

«Numa situação destas, para acabar com essas ilusões dos trabalhadores, é preciso mostrar-lhes na prática que as eleições burguesas

servem apenas, como dizia Lênine, «para escolher periodicamente para certo número de anos quais os membros da classe dominante que vão oprimir e esmagar o povo no Parlamento.»

«É nessas situações, e só nessas, que os comunistas devem apoiar a participação, ou seja, a candidatura de representantes dos trabalhadores. E, ao fazê-lo, visam um único objectivo: destruir as ilusões eleitoralistas nas massas, mostrar-lhes a necessidade da luta armada.»

E logo a seguir, passando a analisar as próximas «eleições» e a experiência de luta que as massas populares já possuem das fantochadas «eleitorais» organizadas pelo fascismo:

«Para a luta da classe operária, o que significam as próximas «eleições»? Será que em Portugal as massas ainda alimentam ilusões eleitoralistas e anseiam por se verem representadas na Assembleia Nacional? Não! A classe operária sabe bem o que significam as fantochadas «eleitorais» do fascismo. Dezenas de anos de fascismo já serviram para mostrar claramente:

1. Que a Assembleia Nacional não passa de uma instituição fantoche sem qualquer influência real na vida política;

2. Que a «eleição» para a Assembleia Nacional não passa de uma burla.

«A evolução do movimento operário em Portugal mostra bem que o proletariado e as massas populares têm tirado as suas lições das experiências «eleitorais». Em 1962, as massas já não reivindicavam eleições livres: vinham para as ruas gritar «As armas!» e «Viva a Revolução!» já sem qualquer pretexto eleitoral. Apesar da grande desmoralização, da falta de perspectivas e de confiança nas próprias forças em quem a classe operária depositava a sua confiança a luta popular tem posto em evidência o total descrédito em que caiu a demagogia eleitoralista e os processos legalistas de luta. Ainda recentemente o 10 de Maio no Barreiro e em Sacavém, em que, de novo, os operários exigiam armas para se baterem contra o fascismo, são uma clara demonstração desta verdade.

«Por tudo isto, estar agora a querer convencer os operários que é do seu interesse participar na burla eleitoral, como fazem os burgueses da CDE e os reformistas do P(C)P, é estar a querer semear outra vez velhas ilusões, é estar a querer voltar a 1945, é estar a confundir os operários e sabotar a marcha da revolução.»

Mais à frente, criticando «os reformistas que publicam os papéis «Avante Trabalhadores», o PCP(m-l) precisa que «para a classe operária, para os trabalhadores em geral, a questão não está em «corrigir» os «aspectos negativos» da CDE, nem em «melhorar» o programa de candidatura da oposição burguesa».

Qual é, pois, a questão para a classe operária e para os trabalhadores? — Responde o PCP(m-l):

«(...) A classe operária é indiferente que para a Assembleia fantoche vão discursar deputados mais fascistas ou mais liberais, com programas mais de direita ou mais de «esquerda». Nós já sabemos que tudo continuará na mesma, ou seja: os burgueses fascistas no poder, os burgueses liberais «oposicionistas» a pedir servilmente as suas esmolas de reformas e as classes trabalhadoras a serem exploradas tanto pelos burgueses fascistas como pelos burgueses liberais.»

Continuando a sua análise sobre a farsa «eleitoral», o PCP(m-l) condena violentamente a política dos «revisonistas do partido de Álvaro Cunhal, que querem embalar eternamente os operários nas ilusões das reformas burguesas» e define assim as tarefas que presentemente se deverão levar a cabo:

«Nesta altura em que os reformistas do partido de A. Cunhal procuram de mãos dadas com o fascismo, arrastar os operários para a armadilha das «eleições», afastando-os da via revolucionária, é dever de todos os revolucionários organizarem-se e unirem os seus esforços na luta contra a burla «eleitoral» divulgando as posições revolucionárias impedindo que os reformistas enganem as massas, desmascarando a propaganda eleitoralista do P(C)P, das CDEs, dos grupos do mesmo

continua na p. 5

Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos! Abaixo o colonialismo português! Abaixo o imperialismo britânico!

Estas foram as frases gritadas em uníssono por milhares de antifascistas nas ruas de Londres durante toda a semana da visita de Caetano.

No domingo, dia 15 de Julho, 10.000 pessoas participaram na manifestação contra a colaboração do imperialismo britânico nas guerras coloniais em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e na opressão e exploração dos trabalhadores em Portugal. Representados na manifestação estavam numerosos trabalhadores britânicos das docas e dos transportes de Londres, das fábricas da Ford, metalúrgicos, empregados de escritório, operários da construção civil, trabalhadores dos hospitais, e juntamente com representantes da Espanha, da Turquia, da Grécia, e de trabalhadores africanos e asiáticos marcharam lado a lado com os grupos políticos ingleses. A frente desta secção, 7 trabalhadores de várias nacionalidades empunhavam uma faixa com as palavras *Trabalhadores de Todo o Mundo Uni-vos!* e imediatamente a seguir vinha a bandeira da Comissão Coordenadora dos Trabalhadores Portugueses, cujo trabalho de coordenação entre os imigrantes portugueses e os trabalhadores ingleses tornou possível a mobilização deste contingente.

britânico com a sua longa história de opressão na Irlanda, na África, na América Latina e na Ásia é uma das mais hábeis de todas as potências imperialistas no desenvolvimento de métodos de controle e domínio. E pode dizer-se que foi sobre a Irlanda e Portugal que teve maior sucesso em manter a classe trabalhadora britânica na confusão e ignorância. Em termos concretos, em relação a Portugal, isto quer dizer que os capitalistas britânicos têm sido capazes de fechar fábricas em Inglaterra causando o desemprego de milhares de trabalhadores, para as abrir em Portugal explorando assim os salários mínimos mantidos a um nível miserável pela perseguição constante das organizações populares levada a cabo pelo regime fascista português, o representante directo dos capitalistas em Portugal.

Desta maneira o capitalismo inglês continua a sustentar o fascismo em Portugal e a dar apoio descarado às guerras coloniais quer com investimentos nas colónias quer com o apoio de alianças militares, da NATO, como se tudo isso não tivesse nada a ver com a exploração do povo inglês, do povo português e dos povos das colónias portugue-

ses em que são explorados no intuito de estabelecer divisões que enfraqueçam essas organizações.

Mas estes planos têm fracassado em toda a Europa. Em Inglaterra, os trabalhadores portugueses, orientados pela sua consciência de classe, começam a aperceber-se da necessidade de se unirem com os seus camaradas ingleses para derrotar qualquer tentativa para os dividir e mais facilmente explorar.

Baseada neste princípio de unidade e solidariedade, a Comissão Coordenadora dos Trabalhadores Portugueses iniciou uma campanha junto da classe operária britânica destinada a informá-la das condições existentes em Portugal e da dependência do regime fascista português do capitalismo internacional. O intuito desta campanha é levar os trabalhadores a tomarem consciência de que os inimigos que atacam a classe operária na Inglaterra com legislação anti-sindical, com desemprego em massa, com o congelamento de salários são os mesmos inimigos que nos atacam a nós, em Portugal ou nos países para onde somos obrigados a emigrar, e estabelecer assim a unidade da nossa luta contra todas as alianças da burguesia para desmascarar

balhadores eleitos pelos seus camaradas nos locais de trabalho para os representarem junto do patronato e das entidades sindicais). O entusiasmo e o apoio resultante deste processo directo de comunicação estendeu-se a toda a Inglaterra. Resoluções tomadas obrigaram as direcções reformistas dos sindicatos a condenarem a visita do Caetano, as celebrações da Aliança e a pedirem inquéritos sobre o «sindicalismo» em Portugal. Vários jornais publicaram longos artigos baseados numa publicação da Comissão Coordenadora, intitulada *Luta de classes em Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau*.

A VONTADE DE LUTAR

No dia 20 de Junho, dia em que o representante da burguesia inglesa esse fantoche andante, o príncipe de Edimburgo, visitava em Portugal dois dos frutos da dominação do capitalismo internacional — os estaleiros da Lisnave e a fábrica chamada da 'Princesa', parte do domínio do monopólio inglês da Plessey, a Comissão Coordenadora organizou em Londres uma reunião sob o lema «a nossa luta comum contra a aliança de exploração». Estavam presentes delegados de trabalhadores de todo o país e da emigração, das minas de Yorkshire no Norte da Inglaterra, dos transportes de Birmingham, das docas de Londres e dos camaradas em luta armada no Norte da Irlanda, que deram a sua colaboração na discussão que se seguiu sobre as formas de acção a tomar. Falaram da mesa uma operária portuguesa, um trabalhador emigrado, um camarada do PAIGC, Gaudêncio Carvalho, e um operário metalúrgico inglês, Mike Cooley, que se destacou pela clareza da sua intervenção. A certo ponto, Cooley afirmou:

«Ninguém pode desarmar a nossa classe mais do que desarmando-a ideologicamente. É mais grave que tirem-nos as armas da mão. É mais grave que porem-nos na cadeia. Desarmar um povo ideologicamente é transformá-lo em vegetais políticos e já há tempo de sobra que nos temos deixado desarmar por falsos dirigentes, reformistas e tudo o resto».

A classe operária inglesa uma vez informada da opressão e tirania com que a burguesia no poder mantém o regime fascista em Portugal e ao tomar consciência da luta sem tréguas dos trabalhadores em Portugal pela sua emancipação e da luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau pela independência, solidarizou-se com os seus camaradas em luta e condenou a política do imperialismo britânico.

Os esforços da burguesia para manter a muralha de silêncio tinham falhado miseravelmente.

Dezenas e dezenas de cartas de apoio foram recebidas pela Comissão Coordenadora, vindas dos comités de fábricas, de minas, de estaleiros navais, de ponta a ponta do país. Três milhares de vozes gritaram em uníssono 'sim!' quando a conferência bienal de delegados do maior sindicato inglês, a Transport and General Workers Union, passou uma resolução de emergência de apoio e mobilização para a manifestação contra o Caetano.

DEPOIS DO SILÊNCIO A CONFUSÃO ENTRAM EM CENA OS REFORMISTAS

Com a hipocrisia habitual, a burguesia falou de um massacre, quando o processo de colonialismo é em si um massacre constante!

Falou de um massacre sem condenar a presença do exército colonialista em Moçambique, com o intuito talvez de tornar as suas operações mais humanas! Falou de um massacre cometido pelos portugueses como se em Portugal não existissem classes em conflito, como se tais massacres não servissem só os interesses da burguesia, como se em Portugal não se lutasse contra o fascismo e a guerra colonial. Falou de um massacre sem falar da luta justa e vitoriosa do povo de Moçambique, como se os «terroristas» (designação de alguns órgãos de imprensa) da FRELIMO fossem tão culpados do massacre como o são os colonialistas.

Imediatamente a seguir entraram em cena os grandes oportunistas das chamadas esquerdas. No debate que se seguiu no Parlamento Britânico, Harold Wilson, chefe do Partido Trabalhista, que até aí se tinha recusado a fazer qualquer comentário sobre a visita de Caetano, e tentando encobrir o apoio que o seu governo tinha dado ao mesmo regime de Caetano, às mesmas guerras coloniais, insurgiu-se contra todas estas barbaridades do «velho» imperialismo (sic) como se o imperialismo não fosse um só.

Presente também nesta farsa, o Dr. Mário Soares declarava-se a si mesmo o representante legítimo do povo português e declarava o Partido Socialista a única força capaz de derrubar o fascismo em Portugal. Oportunismo descarado! Mário Soares, lacaio da burguesia, tentava também esconder o conflito de classes! Uma vez mais a classe burguesa tentava desarmar ideologicamente os trabalhadores.

O TIRO SAIU—LHES PELA CULATRA

Na crise em que se encontra o imperialismo mundial, todas as suas manobras para disfarçar a sua natureza, todas as suas muralhas de silêncio desfazem-se face a face com o desenvolvimento constante da luta de classes e com a consciencialização das massas. As tentativas de dividir e enfraquecer o nosso poder, nós opomos a nossa unidade. É a solidariedade internacional e não a côr ou a nacionalidade que une os trabalhadores.

Como era impossível manter o silêncio, numa tentativa de confundir e encobrir a natureza de classe do apoio que dia a dia tinha crescido, a burguesia avança a sua arma de reserva — os reformistas. O relatório publicado em 6 meses atrás pelos missionários de Burgos e que, como centenas de outros, tinha sido silenciado pelos meios de informação burguesa, aparece na primeira página do *Times*. O *Times* publica o artigo do padre Hastings, que tinha sido chamado à pressa para dar um ar de novidade às revelações. No dia seguinte em todos os jornais, os cabeçalhos de primeira página anunciavam os horrores cometidos pelos portugueses e por Caetano, tentando confundir assim a realidade mais importante destas atrocidades, a luta de classes.

Tudo o que a seguir se desencaixou, os artigos nos jornais burgueses, os cabeçalhos de primeira página, as entrevistas na TV e na rádio, as pantominas no Parlamento dos dirigentes reformistas, é tudo parte integrante da política de confusão e controle do imperialismo britânico.

Esta política visa: — tentar impedir o desenvolvimento da solidariedade entre os povos em luta em África com os seus reais aliados em Inglaterra, a classe operária;

continua na p. 5



Um aspecto da recepção feita a Caetano pelos anti-imperialistas britânicos.

Apesar de todas as tentativas para abafar qualquer forma de protesto e debaixo da ameaça de milhares de polícias e agentes à paisana armados especialmente para a ocasião, esta manifestação foi uma prova concreta de que a luta dos trabalhadores portugueses e a luta armada dos movimentos de libertação nos países africanos ocupados pelos colonialistas portugueses podem contar com a solidariedade e apoio dos trabalhadores britânicos.

A MURALHA DO SILÊNCIO TÁCTICA DO IMPERIALISMO

No entanto, até há seis meses atrás, os patrões, banqueiros e proprietários ingleses, através do controle da imprensa burguesa e da televisão tinham conseguido encobrir inteiramente a natureza e a importância da contribuição dada pelos investimentos ingleses ao regime fascista em Portugal e às suas três guerras coloniais. O imperialismo

bras, como se fosse apenas uma questão de «assuntos internacionais».

O MESMO INIMIGO A MESMA LUTA

Hoje em dia, os patrões ingleses, ao enfrentarem por um lado a crise em que se encontra o seu sistema, por outro lado a luta da classe operária em Inglaterra, para sobreviverem precisam desesperadamente de regimes policiais fantoches como o português para onde se possam expandir. Por outro lado o Mercado Comum Europeu precisa também de países onde as condições de vida são mantidas a um nível miserável como em Portugal, que assegurem um abastecimento constante de emigrantes, mal pagos, debaixo do controle policial e ameaças constantes de deportação numa tentativa de criar uma legião nómada de trabalhadores sem raízes que possam ser submetidos a todas as barbaridades do capitalismo. Ao intimidar e isolar os trabalhadores emigrados, tentam separá-los das organizações da classe operária nos paí-

na luta a natureza imperialista destas alianças, sejam elas recentes como o Mercado Comum ou de há 600 anos mas rejuvenescidas e adaptadas às necessidades actuais do sistema capitalista, como a aliança Anglo-Portuguesa.

A Comissão Coordenadora dos Trabalhadores Portugueses, desde a sua criação há 6 meses que está ligada ao movimento operário inglês pela sua associação com uma secção de um sindicato inglês dedicada à organização de trabalhadores na indústria hoteleira e nos hospitais, que são na sua maioria emigrantes. Esta secção, criada por trabalhadores portugueses há um ano e meio já conseguiu organizar mais de mil trabalhadores e conta já com várias vitórias contra as companhias mais reaccionárias do capitalismo inglês.

A campanha contra a Aliança Anglo-Portuguesa começou com o envio de um panfleto às organizações de base dos trabalhadores. Trabalhadores portugueses foram falar a fábricas e a conferências nacionais de «shop-towards» (tra-

EDITORIAL

continuação da p. 1

O Salto conta hoje vários milhares de leitores assíduos, muitos dos quais o lêem há quase três anos. Tendo alguns burgueses, meia dúzia de bufos, que lêem o nosso jornal para o combater, os leitores d' O Salto são na maioria trabalhadores que querem destruir o capitalismo e o fascismo em Portugal para em seu lugar construir uma democracia popular, leitores que sabem que não será o boletim de voto mas sim a luta popular armada que dará o poder aos operários e camponeses. Hoje já somos uma força e uma força anti-eleitoralista!

DUPLIQUEMOS AS VENDAS

A divulgação massiva d' O Salto, eis a simples e importante tarefa que dará a conhecer a orientação do movimento anti-eleitoralista no nosso país, unificará o conjunto dos leitores, permitindo que cada leitor, distribuindo o jornal no seu canto, não se sinta isolado e saiba que esse acto terá repercursões no conjunto da obra.

Nós afirmamos que a divulgação

d' O Salto e a unificação dos trabalhadores emigrados à sua volta, é a nossa principal tarefa de apoio à luta popular em Portugal contra farsa «eleitoral».

Em Outubro sairá um número do nosso jornal especialmente dedicado à campanha, organizada ao apelo do Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados (MTPE¹), contra a farsa «eleitoral».

Os assinantes e leitores d' O Salto irão participar nessa campanha divulgando o jornal à sua volta. Para isso deve escrever-nos indicando o número de exemplares de Outubro que necessitam para vender aos seus camaradas. Só terá de pagar aqueles que conseguirem vender.

Em Novembro faremos o balanço da campanha e daremos a conhecer os seus resultados.

Camaradas! Em frente pela divulgação em massa d' O Salto de Outubro! Dupliquemos nesse mês as suas vendas!

1. Ver página «comunicado da Comissão Permanente do Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados».

OPERÁRIO ASSASSINADO

continuação da p. 6

Depois da legislação extremamente repressiva e discriminatória que é a circular Fontanet-Marcellin, manobra com que o governo francês brindou os trabalhadores emigrados para melhor os poder controlar e oprimir, para os dividir da classe operária francesa e permitir assim uma mais eficaz exploração da sua força de trabalho pelos capitalistas franceses, aí estão as agressões criminosas dos comandos fascistas e racistas. Inspirados na propaganda nazi de grupos tais como a já referida «Ordre Nouveau», o jornal «Minute», etc., assaltam, espancam e assassinam os trabalhadores emigrados.

Os trabalhadores emigrados com o apoio dos seus camaradas france-

ses têm-se organizado e lutado contra a Circular que os reprime. Também agora se deverão organizar e lutar contra a repetição de tais actos terroristas que têm por objectivo intimidar os trabalhadores emigrados.

O Clube dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris, com o objectivo de defender os interesses dos trabalhadores portugueses da região de Ivry-Vitry reagiu prontamente distribuindo um panfleto na região a denunciar estes atentados criminosos e apelando, juntamente com outras organizações antifascistas francesas e de outras nacionalidades, os trabalhadores a manifestarem a sua firme decisão de, unidos, impedirem que tais actos terroristas se repitam.

TRABALHADORES DE TODO O MUNDO, UNI-VOS!

— manter uma porta aberta para o capitalismo internacional quando os movimentos de libertação alcançarem a vitória; tentar que a porta fique ainda mais aberta através de uma solução neocolonial.

Em tudo o que se escreveu ou se disse sobre os massacres na imprensa burguesa, nem uma só vez se mencionou que os massacres foram cometidos em nome do imperialismo ocidental, nem uma vez se falou dos interesses massivos do capitalismo inglês em Angola e Moçambique, nem uma única vez se referiram às palavras de um tal Comandante-Chefe da NATO que, em 1963, declarava:

«Os soldados portugueses em África estão lá para defenderem uma área, matérias primas e bases que são vitais para a defesa não só da Europa, mas de todo o mundo ocidental».

Defenderem o quê?

Uma área, propriedade e matérias primas.

E defenderem para quê?

Para perpetuarem o sistema capitalista e a opressão e exploração das classes trabalhadoras pela burguesia não só em Portugal, mas em todo o mundo capitalista. Mas disso não se falou!

A vinda de Caetano a Londres, com todos os seus banquetes, visitas à rainha, debaixo do disfarce de «tradição histórica», foi uma manobra engendrada pela burguesia internacional para dar respeitabilidade ao regime fascista, para garantir a confiança dos investimentos britânicos, para justificar a ajuda militar e para esconder do povo inglês a verdadeira natureza das relações entre Portugal e a Grã-Bretanha. A manobra falhou.

Foram os trabalhadores que durante a visita do Caetano a Londres mostraram o caminho a seguir em frente. Quando no último dia da

visita, o laço do imperialismo se preparava para ir ao Museu Britânico visitar uma exposição sobre a Aliança montada pelos imperialistas britânicos, para dar às celebrações um ar de «tradição histórica», os trabalhadores do museu organizaram um piquete durante todo o dia, que finalizou com uma manifestação e marcha à embaixada portuguesa. Operários da construção civil em greve que montavam um piquete numas obras perto, marcharam debaixo da sua bandeira para se juntarem aos seus camaradas às portas do museu. À chegada de Caetano, rodeado de polícia, a pé, a cavalo, de moto, à paisana, nas janelas, nos tectos, os milhares de pessoas que enchiam as ruas deixaram expressa sem qualquer dúvida a sua condenação da colaboração descarada entre o fascismo português e o imperialismo britânico sob o disfarce de «tradição histórica». Nos cartazes empunhados pelos trabalhadores do museu lia-se: «Bem-vinda a nova aliança, a aliança proletária entre os operários portugueses e britânicos».

Compete-nos a nós, trabalhadores portugueses emigrados assegurar que esta nova aliança não morra, mas pelo contrário se mantenha viva e alerta contra todos os ataques da burguesia.

É necessário que o trabalho de informação e consciencialização iniciado por nós há seis meses se estenda a toda a classe operária britânica para que, com unidade, continuemos a luta contra as forças que nos oprimem tanto em Portugal como na Inglaterra.

É necessário que, na unidade assim criada, trabalhem para desenvolver novas formas de acção em apoio directo à luta dos trabalhadores portugueses e à luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Abaixo os "eleitoralistas"!

Está a ser distribuído em Portugal o comunicado n.º 2 das Comissões anti-eleitorais (CAEs) que sob o título «Abaixo os eleitoralistas» aborda várias questões que se põem aos trabalhadores no actual momento político. Esta importante comunicação começa assim:

«A burla 'eleitoral' que se aproxima é mais uma tentativa do fascismo para aparecer frente à opinião pública mundial como um governo 'legítimo e escolhido pelo povo', para abrir uma válvula de escape à burguesia liberal e manter-lhe uma certa esperança de influir pacificamente na vida política portuguesa e finalmente, para enganar os trabalhadores, impedir que estes se orientem pela via da revolução e mantê-los iludidos com a ideia das 'eleições'».

Depois de referir que na situação presente em que só vota quem o governo quer, em que a polícia tudo controla, em que as organizações antifascistas ficam perfeitamente manietadas se entram no jogo «eleitoral», e em que, portanto, só o governo é que pode tirar proveito das «eleições», as Comissões anti-eleitorais (CAEs) reafirmam que «farão tudo por desmascarar e liquidar a burla 'eleitoral' e o eleitoralismo cêdêista». E dizem a seguir: «Ora os reformistas do chamado 'Partido Comunista Português' de Álvaro Cunhal andam a distribuir um papel intitulado 'Avante! Por uma nova grande ofensiva' em que mais uma vez procuram pôr os trabalhadores a reboque da burguesia liberal e amarrá-los ao eleitoralismo. As manobras destes reformistas têm de ser firmemente combatidas».

«Frente à crescente oposição à sua política eleitoralista, eles são obrigados a dizer que são 'contra as ilusões eleitoralistas' e que 'não há que esperar do governo outra coisa que não seja uma mascarada eleitoral'. Mas mais à frente mostram bem que se o dizem é apenas para enganar os mais desprevenidos pois afirmam que 'é positivo que estruturas regionais (as CDE) tenham começado, separada ou conjuntamente, a manifestar o propósito de apresentar candidatos'. Ou seja: sim senhor, as eleições são uma mascarada mas nestes nessa mascarada! Como estes rafeiros mostram o seu jogo!».

Mostrando que os reformistas pretendem utilizar as massas populares como força de pressão junto do governo, as Comissões anti-eleitorais (CAEs) fazem notar que os reformistas «enganam os trabalhadores, fingem-se revolucionários, pronunciam-se 'contra' o eleitoralismo, mas afinal chamam-nos a apoiar os candidatos burgueses, os doutores, os proprietários, da dita 'oposição democrática'».

E voltando a referir-se ao PCP e ao seu recente texto atrás citado, diz ainda o comunicado n.º 2 das Comissões anti-eleitorais (CAEs):

«Dizem eles (os do PCP) que no 'campo do próprio regime está-se formando uma corrente política discordante e diferenciada que se polariza em torno de uma plataforma efectivamente liberalizante'. E mais à frente, já sem qualquer disfarce, 'não se devem fechar as portas da frente unida das forças democráticas àqueles que, embora tendo em algum momento colaborado com o regime, rompem definitivamente com ele'».

«O 'PCP' faz namoro aos fascistas descontentes do tipo Sá Carneiro, Miller Guerra e Correia da Cunha! O 'PCP' diz que eles são efectivamente liberais, esses senhores que fazem e aplaudem de pé intervenções ultra-fascistas como a do deputado Correia da Cunha na Assembleia 'Nacional' que exigia do governo 'maior dureza' na repressão das lutas estudantis!»

E a terminar este seu comunicado esclarecedor e combativo, as Comissões anti-eleitorais (CAEs) declaram:

«A todos esses burgueses, fascistas, democratas, reformistas do 'PCP', assim como às suas nojentas alianças e manobras eleitoralistas devem os trabalhadores opôr a sua firme unidade popular em torno dos cinco grandes objectivos da revolução democrático-popular: Liberdade, Paz, Pão, Terra, Independência».

«As liberalizações dos fascistas e reformistas que não passam de liberdades para a burguesia liberal descontente, devem os trabalhadores responder com a sua luta revolucionária pela democracia para o povo. Estilhacemos a fantochada 'eleitoral' e mostremos que não estamos dispostos a ser um mero joguete nessa burla monstruosa que são as 'eleições'».

«Abaixo as 'eleições' fascistas! «Abaixo os rafeiros da CDE e do 'PCP'!»

«Viva a aliança operário-camponesa!»

«Viva a revolução popular armada!»

Estes são os slogans que as Comissões anti-eleitorais (CAEs) lançam no fim do seu comunicado.

os partidos face às «eleições» de outubro

continuação da p. 3

gênero que o 'Avante Trabalhadores', organizando lutas de massas contra a burla 'eleitoral', afastando os trabalhadores das urnas e apondo-lhes a via da revolução popular armada.»

(...)
«A via da revolução é dura, mas encurta os sofrimentos dos trabalhadores. Sem ela não há outra saí-

da senão a continuação do capitalismo. Sob o capitalismo só há crises, guerras, exploração, despedimentos, miséria; e nenhum programa social de um regime capitalista pode evitar que tal suceda.»

Depois desta clara afirmação de defesa da revolução popular armada, o PCP(m-l) declara por fim: «(...) O PCP(m-l), na medida das suas forças ainda reduzidas, estará ao lado das massas trabalhado-

ras na luta contra a farsa que o fascismo vai montar e prosseguirá na sua tarefa de organizar os comunistas, os elementos de vanguarda desorganizados, afim de transformar o ainda pequeno PCP(m-l) numa forte organização política capaz de liquidar por completo a influência do revisionismo nas massas e conduzir a classe operária e os trabalhadores na via da revolução popular armada.»

Breve historial das "eleições"

1949 — O único candidato à presidência da República foi o Marechal Carmona pois o candidato da oposição burguesa, o general Norton de Matos, antigo ministro da República e antigo governador-geral de Angola, com importantes interesses na exploração dos povos africanos desistiu dois dias antes das «eleições». Foi «eleito» para fantoche de Salazar o Marechal Carmona.

O grande movimento de massas que então houve foi inconsequente porque a direcção de então do movimento operário não soube seguir uma linha independente em relação à burguesia liberal que o levasse a formas superiores de luta e que desmascarasse a burla «eleitoral» fascista.

1951 — A União Nacional, partido do Governo, escolhe o general fascista Craveiro Lopes, deputado à Assembleia «Nacional», antigo comandante da Legião Portuguesa. Há outros dois candidatos: o professor Luís Gomes, pela oposição democrática ao qual não foram reconhecidas condições para ser eleito pelo Supremo Tribunal fascista, e o almirante Quintão Meireles, candidato independente que desistiu da sua candidatura depois de adquirir a «certeza de que o acto eleitoral não decorria nas condições indispensáveis à seriedade ...» É «eleito» presidente da República Craveiro Lopes.

Durante esta candidatura, a direcção do movimento operário, tendo à cabeça o seu grande dirigente

José Gregório, soube seguir uma linha justa de desmistificação da burla «eleitoral» que muito contribuiu para varrer as ilusões que persistiam nas massas populares quanto à verdadeira natureza das «eleições» fascistas.

1958 — Apresentam-se três candidatos à presidência da República: pela oposição burguesa, Arlindo Vicente; pela União Nacional, o contra-almirante Américo Tomás; e como candidato independente, isto é, representando os fascistas «descontentes» com Salazar, o general Humberto Delgado, antigo comandante da Legião, um dos organizadores da Mocidade Portuguesa. Arlindo Vicente desiste em favor de Humberto Delgado para que, nas urnas, se estabelecesse a «unidade de acção contra o governo» ... e o Tomás foi «eleito».

Durante a campanha «eleitoral», tendo sido a direcção do movimento operário usurpada pelo oportunismo de direita que advogava a resolução pacífica do problema português, o movimento de massas que irrompera inercialmente não passou às formas superiores de luta que lhe permitiriam realmente derubar o fascismo e deu tempo, pelo contrário, a que este organizasse a contra-ofensiva.

É também por esta altura que a burguesia fascista no poder, temendo as largas movimentações insurreccionais das massas que tinham lugar em período «eleitoral» revê a Constituição fascista de 1933 e

introduz a emenda que muda o sistema de «eleição» do presidente da República: deixa de ser por sufrágio (voto) directo e passa a ser por um «colégio eleitoral» (um conjunto de personalidades da administração fascista: deputados da assembleia «nacional», membros das juntas de freguesia, etc.)

1969 — Depois de em 1962 as massas populares terem gritado, em grandes manifestações de rua, «queremos armas!» mostrando claramente terem perdido todas as ilusões nas mínimas possibilidades legais de alterar o regime e na «solução pacífica» dos seus problemas, só interessará referir o que se passou nas últimas eleições para deputados (1969).

Os burgueses da chamada «oposição democrática», organizados nas CDEs (Comissões Democráticas Eleitorais) lançam-se afobados na campanha «eleitoral», fazendo nitidamente o jogo da burguesia fascista. Entre esses reacçãoários temos de incluir evidentemente os falsos amigos dos trabalhadores, representantes da burguesia no seio do movimento operário e que muito fizeram para levar avante a sua campanha política (mistificadora) de massas. Mas são as próprias massas populares que demonstrando um completo desprezo por esta luta que não é a delas — ela trava-se entre facções da burguesia —, mais fundo cavam a derrota do reformismo e enterram as pretensões demagógicas do fascismo caetanista.

UM TRABALHADOR PREVENIDO VALE POR DOIS

Possibilidades de Regularização para os Emigrantes Ilegais

No dia 14 de Junho de 1973, o ministro do trabalho francês enviava a todos os Prefeitos uma circular onde anunciava uma série de disposições que permitiam a regularização de todos os trabalhadores estrangeiros entrados antes do dia 1 de Junho de 1973. Assim nascia a circular Gorse (nome do ministro do trabalho), que logo foi acompanhada de uma do seu colega do Interior, Marcellin, estabelecendo-se «por razões humanitárias», como os próprios ministros afirmam, uma espécie de amnistia.

AUMENTA A REPRESSÃO NAS FRONTEIRAS

Mas não tenhamos ilusões: as disposições são válidas até 30 de Setembro e os ministros Gorse e Marcellin tiveram o cuidado de logo anunciar que o controle será reforçado no futuro.

Quer dizer que a «famosa» Circular Fontanet, contra a qual milhares de trabalhadores protestaram violentamente, será reposta em funcionamento. Aliás, a repressão nas fronteiras já foi iniciada, segundo o jornal da burguesia liberal «Le Monde» de 7 de Agosto, foram enviados reforços de CRS (polícia de choque) para as fronteiras com a Itália e com a Espanha. O

mesmo diário afirmava em relação à fronteira espanhola: «... estes efectivos (de CRS) são calculados em duas ou três companhias (350 ou 500 homens) disseminados, na maioria, nos pequenos postos de montanha, abandonados há vários anos, por estarem implantados em pontos de passagem pouco frequentados (...) Para além dos postos fixos - prosseguia o jornal - os CRS asseguram os controles das estradas no conjunto das zonas fronteiriças, e patrulhas motorizadas e a pé, junto das cidades fronteiriças e na montanha. Em Cerbère, por exemplo, onde duas dezenas de emigrantes clandestinos foram presos há um mês, patrulhas organizadas actuam na montanha, à noite, entre as 20,30 h e as 7 horas com render às 2 horas. Vimos também na estação de Cerbère unidades tomarem posição à chegada de combóios vindos de Espanha para interceptar os passageiros que tentassem descer pelo lado da linha.»

AS NOVAS DISPOSIÇÕES

No quadro a seguir apresentamos aos nossos leitores as possibilidades que têm de se legalizar todos os que tenham entrado em França até ao dia 1 de Junho de 1973.

SITUAÇÃO EM QUE TE ENCONTRAS	PAPÉIS A APRESENTAR	TENS DIREITO A
Se podes provar que trabalhas há mais de um ano em França, até à data de 1 de Junho de 1973.	- Folhas de pagamento, declaração de Sécurité Sociale ou outras provas. - Contrato de trabalho de 6 meses ou 1 ano. Em algumas Prefeituras é válida a promessa de trabalho. - Anexo do alojamento - Controle médico - Recibo do Office National d'Immigration (ONI)	Carta de trabalho válida por um ano.
Se não podes provar que trabalhas há 1 ano em França até 1 de Junho de 1973, e apresentas um contrato de trabalho de um ano.	- Contrato de trabalho de 1 ano - Anexo de alojamento - Controle médico - Recibo do ONI	Contrato visado que só permite trabalhar para um patrão.
Sem trabalho e sem papéis		Recépissé de carta de séjour válido por 3 meses para encontrares um patrão que te faça um contrato de 1 ano.

Nota. Se te encontras sem trabalho e não tens papéis ou eles estão caducados e recebes um papel provisório de estadia (recépissé) válido por três meses para procurares patrão, debes dirigir-te à Agência Na-

cional para o Emprego da tua região, onde debes exigir que te arranquem um patrão que te faça um contrato de 1 ano pois só este contrato te poderá garantir a legalização.

PARIS

OPERÁRIO PORTUGUÊS assassinado por fascistas

3 de Julho, cerca das 21,30 h. Junto ao cais Jules Guesde em Vitry-sur-Seine um bando fascista ataca o trabalhador português Fernando Ramos provocando a sua morte afogado no Sena.

Fernando Ramos, de 25 anos de idade, natural de Mira, Coimbra, onde vivia a mulher e um filho, era operário da construção civil. Trabalhava na empresa 'Sebico' e habitava numa das barracas desta.

Fernando Ramos acaba de jantar. Sai para dar um passeio à beira do rio. Vai andando mas, de repente, numa carrinha branca que estaciona no cais, sai um grupo de três indivíduos que começam a se-

gui-lo. Na carrinha ainda ficam outros dois. Os facinoras, actuando como verdadeiro comando nazi, atacam cobardemente o camarada a poucos metros da borda de água e provocam a sua queda no rio. Fernando Ramos morre afogado.

Nessa noite, minutos antes, ainda em Vitry-sur-Seine e perto do local onde foi assassinado o nosso camarada, o mesmo bando ataca um trabalhador argelino que regressava do trabalho, espancando-o barbaramente com barras de ferro e deixando-o gravemente ferido.

Estas criminosas agressões seguem-se a uma série de atentados terroristas contra os trabalhadores

SUÉCIA

veto à importação de mão-de-obra

Neste momento eleitoral, a burguesia sueca encontra-se mais agitada do que nunca, procurando, cada uma das suas fracções, tentar conquistar o maior número de votos possível no dia 16 de Setembro. Os mais agitados são talvez os social-democratas, cujo partido se encontra no poder há mais de 40 anos, e que vê a classe operária recuperar a sua independência e libertar-se da sua tutela.

Por isso, põem em movimento todo o seu enorme aparelho estatal e aperfeiçoam a sua demagogia eleitoral, a fim de garantir a sua reeleição. Peritos na demagogia são os traidores burocratas da central sindical amarela, LO, que faz hoje parte do aparelho estatal social-democrata e cuja função é manter o movimento operário controlado e de baixo do jugo da burguesia.

Uma das mais recentes manobras eleitorais é o veto da central sindical LO à importação de mão-de-obra estrangeira. Este veto teve origem num pedido de autorização para importação de operários estrangeiros feito por algumas das maiores empresas suecas do ramo metalúrgico, como a VOLVO, BOFORS e a ALFA LAVAL. A central sindical justifica o seu veto dizendo: «as empresas têm de primeiro dar trabalho aos desempregados na Suécia» ou, como diz Lars Westerberg, presidente do sindicato dos metalúrgicos: «Queremos evitar que se tenha um excesso de mão-de-obra».

Conscientes de que o sistema capitalista que defendem é incapaz de garantir trabalho, estes burocratas tentam assim lançar poeira para os olhos dos trabalhadores e descartar-se das culpas da actual crise de desemprego face ao descontentamento crescente da classe operária sueca. Simultaneamente acenam com o slogan eleitoral «Trabalho para Todos» aos 90.000 trabalhadores desempregados, tal como o tinham feito nas eleições de 1933 quando o desemprego maciço alastrava em todos os países capitalistas após a grande crise do capitalismo mundial nos fins dos anos 20.

Todavia, os trabalhadores suecos cada vez mais se apercebem que os reformistas social-democratas são hoje os inimigos mais perigosos da classe operária. Disso são provas as inúmeras greves selvagens que desencadearam desde o fim dos anos 60. Estas greves, feitas à margem da LO, mostram pelo seu carácter cada vez mais consciente o descrédito total dos operários nesta organização e o colapso em que os seus sindicatos amarelos já caíram.

LYON

FESTA POPULAR

No passado dia 7 de Junho, a ATPAL realizou mais uma festa em que estiveram presentes cerca de 500 pessoas.

Na sala decorada com um grande emblema e com as palavras de ordem do MTPE, na primeira parte actuou J.M.Branco e foi projectado o filme «Emigrantes Portugueses», na segunda parte, depois do grupo de teatro da ATPAL ter representado a peça «O Emigrante», actuaram vários conjuntos e artistas da região.

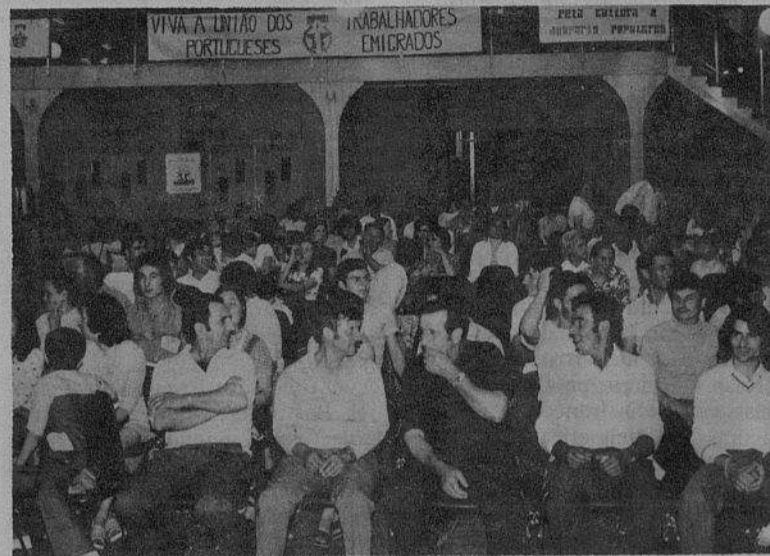
AI! QUE TUDO NOS FOGE!

É com grande temor que os representantes do fascismo em Lyon (Padre Ardérius, Veloso, etc.) vêem aí desenvolver-se o associativismo

balhadores. O padre Ardérius pôs muitas esperanças nos cursos fascistas que o consulado organiza para as crianças portuguesas. Mas parece que até nos seus cursos aparecem antifascistas e Ardérius clama que é preciso «concentrar» (!) as professoras, pois até elas já começavam a estar contaminadas. Até onde chega o medo do fascismo!

O Veloso, segundo declararam ao nosso jornal alguns leitores, tenta criar aquilo a que eles chamaram uma associação do «J. Pimenta», através da qual um tubarão da construção civil tentaria que os emigrantes pagassem mais alguns dos seus prédios.

E os fascistas não ficam por aqui. Eles acabam de criar em Lyon uma



Festa popular em Lyon

independente, democrático e popular. Assim eles redobram os seus esforços para tentar controlar os tra-

delegação do covil fascista que é o Secretariado Nacional da Emigração.

greve na NIC

A Associação dos Trabalhadores Portugueses da Aglomeração Lionesa (ATPAL) distribuiu um panfleto de apoio à greve dos operários da NIC que, no dia 15 de Julho, após 15 dias de greve, reintegraram o trabalho. Nesse dia, os 25 grevistas, dos quais 22 eram portugueses, estavam conscientes de que tinham alcançado uma vitória contra a exploração, apesar de todas as provocações de que foram vítimas.

Como dizem os camaradas da ATPAL, o que é importante de assinalar é que os trabalhadores portugueses da NIC, todos ex-camponezes, fizeram, na maioria, a sua primeira aprendizagem das lutas reivindicativas da classe operária, organizando piquetes de greve, impedindo os fura-greves de entrar na empresa e deslocando-se às outras fábricas para desenvolver a solidariedade operária.



Um aspecto do piquete de greve

Assina «O Salto»

Amigo leitor: Para O Salto poder sair todos os meses é necessário 50 novos assinantes por mês. Apoia-o, pois, fazendo-te assinante ou inscrevendo dois novos assinantes, por meio deste boletim.

NOVAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA PARA 12 NÚMEROS	Pais	normal (a)	de apoio
	França	10 F.F.	20 F.F.
Alemanha	10 Marcos	20 Marcos	
Holanda	10 Florins	20 Florins	
Bélgica	130 F.B.	260 F.B.	
Luxemburgo			

a) No caso de pedido de envio em carta fechada, há um acréscimo de 10 F.F., 10 M., 10 Fl., 130 F.B.

CARTA DE PORTUGAL

Escrevo-lhes de Portugal.

Ao chegar a Lisboa a primeira coisa que me chamou a atenção foi a presença de numerosos trabalhadores africanos (cabo-verdianos) na construção civil. No Algarve passa-se o mesmo. Perto de Loulé, numa fábrica de cimento ainda não acabada de construir, a presença de cabo-verdianos é grande assim como em muitas outras obras.

Como nos séculos XVI, XVII e XVIII, o colonialismo português volta a fazer o tráfico de escravos africanos. Desta vez, não é para as Américas que eles vão mas para o próprio continente europeu, para Portugal, onde os trabalhadores têm de abandonar o seu país e são forçados a venderem a sua força de trabalho ao capitalismo estrangeiro para poderem sobreviver.

Em Cabo Verde, onde o colonialismo português tem mantido a miséria e a ignorância, os cabo-verdianos estão a ter a mesma sorte que os seus antepassados africanos e que os trabalhadores portugueses que se vêem obrigados a emigrar. O fascismo, que engendrou o êxodo de centenas de milhares de trabalhadores portugueses, tem querido preencher o vazio que criou com os trabalhadores africanos.

Como podem imaginar as tradições aqui são, à medida que o tempo passa, cada vez maiores. Um emigrante que se encontra aqui de férias disse-me: «Isto tem lá algum jeito: a nós obrigam-nos a ganhar o nosso pão por esse mundo fora e, para nos substituírem, trazem trabalhadores da África!»

A PENETRAÇÃO DO IMPERIALISMO E RESPOSTA POPULAR

Outra coisa que me impressionou foi verificar que os capitalistas estrangeiros assenhoreiam-se, cada vez mais descaradamente, de tudo o que lhes desperta a cobiça. No Alentejo, região de Beja, são os alemães. No Algarve são os ingleses. E no resto do país, esses e outros fazem o mesmo. Quando um terreno lhes interessa, pagam preços exorbitantes para comprá-lo. Desta forma, vão-se tornando os grandes proprietários das terras daqueles que, devido às dificuldades existentes, se vêem obrigados a trocá-las por um dinheiro que está a ter um poder de aquisição cada vez menor. Este aspecto é sensível até no dia a dia.

Um facto que me contaram mal cá cheguei e que é bem significativo dum certo tipo de problemas criados por esta situação de domi-

nio económico do capitalismo internacional. Capitalistas ingleses abriram sobranceiramente um café em Albufeira para seu uso exclusivo. Há alguns meses, mais precisamente em Junho, um português foi maltratado depois de se ter recusado a sair do dito café. Mas imediatamente o povo de Albufeira reagiu. Várias centenas de pessoas (talvez mais de um milhar) manifestaram-se junto do café acabando por partir a vidraça e dar uma sova aos racistas.

PENSÕES, PREÇOS, BANCOS ...

Uma pequena notícia que vos quero dar. É quase uma anedota. O governo fascista decidiu conceder, há alguns meses, uma pequena (pequeníssima!) pensão de 200 escudos para os homens de mais de 70 anos e 150 escudos (ainda menos, calcule-se!) para as mulheres. Com estas migalhas, pretende-lhe fechar os olhos e contentar o povo. Mas basta saber que um quilo de carne custa à volta de 80 escudos e um quilo de peixe vulgar 40 escudos (excluindo as sardinhas, cavalas e carapuza azul) para nos podermos dar conta de insignificância, da ridicularia da dita pensão.

Então, e se eu lhes falar de bancos? Os bancos têm aumentado constantemente a sua actividade. Em certas terras mesmo pequenas, há mais dois bancos do que o ano passado! Nesta época estival, são muito frequentados, especialmente por turistas e por trabalhadores portugueses vindos do estrangeiro, da França sobretudo. E é em grande parte o dinheiro enviado pelos emigrantes que faz multiplicar a actividade destas instituições típicas do sistema capitalista ...

O POVO JÁ NÃO VAI EM FANTOCHADAS «ELEITORAIS»!

No que respeita às «eleições» para deputados da Assembleia «Nacional» o que posso dizer é o seguinte. Há um grande desinteresse da maior parte das pessoas. Cá no Algarve, há muitos que não sabem sequer que se realizam tais «eleições». As do campo sobretudo, mas também as dos meios urbanos. Como devem saber, para poder-se inscrever para votar é necessário dar provas de saber ler e escrever. Assim, é excluída logo uma grande parte da população. E, depois, há casos curiosos como o dum estudan-

te universitário que teve ocasião de conhecer e a quem recusaram o direito de voto, alegando que não tinha fornecido provas de saber ler! Mas eu creio que a razão fundamental do desinteresse dos trabalhadores é eles já não irem nessa história de «eleições».

Uma coisa é certa. As pessoas que até aqui contactei, quando lhes ponho o problema de votar ou não votar querem abster-se. Os motivos que as levam a ter essa posição nem sempre são os melhores ...

Para além daqueles que têm uma posição correcta e pretendem abster-se porque já não acreditam nas patranhas do governo fascista nem dos reformistas — é esta a posição da grande maioria dos operários e camponeses com quem falei —, outras há, é um facto, que têm vontade de abster-se mas por razões que não são essas. Estas últimas pessoas constituem uma minoria de funcionários ou empregados burocráticos. Dizem que vão abster-se sim mas porque o governo dificultou o recenseamento das pessoas com direito a voto — segundo parece, alguns recenseadores chegaram a ser presos — e porque o governo só deixa que a «oposição» faça a sua campanha eleitoral durante 20 dias.

Eu tenho respondido aos indivíduos que defendem esta posição reformista que ainda não perceberam (ou não querem perceber) que não é com eleições que se derrubará o fascismo e o capitalismo e que as eleições só servem para a burguesia fascista no poder dizer que governa democraticamente, em plena liberdade e por vontade popular. De qualquer modo, pelo que eu tenho constatado, apesar dos esforços conjugados de fascistas e reformistas a manobra vai falhar mais uma vez. Decididamente o povo os trabalhadores das fábricas e dos campos já não vão em fantochadas «eleitorais»!

Sem mais, termino. Saudações!

P.S. O governo está a utilizar em massa todos os meios de informação (rádio, televisão, jornais) para tentar fazer crer ao povo que não foram cometidos massacres em Moçambique, empregando frases chauvinistas como «os inimigos de Portugal pretendem ...», «as falsas acusações contra Portugal», etc. Mas o povo português compreende cada vez melhor quem são os seus verdadeiros inimigos, quem são os inimigos de Portugal — e na primeira linha destes está a grande burguesia colonialista portuguesa e o governo fascista que a serve.

Um artigo de "O Salto" em questão

Camaradas,

As «eleições» encenadas pela burguesia colonial-fascista portuguesa em Outubro são uma farsa que é necessário desmascarar e ridicularizar. O mesmo deve ser feito ao colaboracionismo com o fascismo dos reformistas legalistas da «Oposição Democrática».

Esta seria, em princípio, a função do vosso artigo «Carnaval em Outubro ...» (*O Salto* n.º 19). Embora eu esteja totalmente de acordo com o conteúdo do artigo, já não o estou no que respeita à maneira, ao estilo do artigo, que penso, devido a certas falhas, não cumprir totalmente a sua função.

O artigo encerra, quanto a mim, de duas falhas principais. A primeira é a seguinte: a função principal do artigo era satirizar a burguesia, os reformistas e a farsa eleitoral. É correcto satirizar, mas para que a sátira seja efectiva ela tem de focar os factos, tem de utilizar os factos como ponto de partida para a sátira. Ora no vosso artigo os factos estão pressupostos ou subentendidos, em vez de estarem claramente expressos.

As «eleições» fascistas em Outubro, tal como as precedentes, são uma farsa bem organizada, cumprindo uma determinada função na política geral da burguesia colonial-fascista portuguesa, e nas quais os reformistas da «Oposição Democrática» desempenham um papel determinado. *O Salto* ao denunciar a farsa eleitoral e o colaboracionismo reformista está a tomar a posição das massas populares que desde há muito deixaram de acreditar em eleitoralismos como meio para derrubar a ditadura fascista.

Estas três questões principais — a farsa eleitoral no contexto geral

da política colonial-fascista, a colaboração dos reformistas nessa farsa, e o desprezo das massas por essa mesma farsa — não são, como deveriam ter sido, explicadas e concretizadas. Dou apenas um exemplo: o desprezo das massas populares pela farsa eleitoral foi mais uma vez comprovado pela muito baixa percentagem de inscrições nos cadernos eleitorais para a farsa de Outubro. Este facto, tão importante, não vem sequer mencionado no artigo.

Esta falha do artigo torna-se patente no uso que o redactor de *O Salto* teve de fazer de notas explicativas à margem do artigo para clarificar, para dar uma base, à sátira. Esses factos apontados à margem deveriam fazer parte integrante do artigo e não estarem fora dele. São apêndices que não deveriam existir em artigos deste tipo, para não dizer num jornal do tipo de *O Salto*.

A segunda falha é a seguinte: a posição de *O Salto* face à farsa eleitoral é a posição das massas populares, e é aí que reside toda a força e correcção dessa posição. Porém esta posição revolucionária das massas é no artigo relegada para segundo plano em vez de lhe ser dada todo o significado e relevo, muito embora ela seja a essência do próprio artigo.

Espero que futuras sátiras não encerrem o que eu penso serem as principais falhas desta, e que futuros artigos de qualquer tipo usem os factos como ponto de partida para conclusões, e não como ponto de chegada, como afinal acaba por ser o resultado neste artigo.

Abaixo a farsa eleitoral!
Abaixo o reformismo!

Um leitor de *O Salto*

NOTA DA REDACÇÃO: Sobre esta carta queremos fazer as duas seguintes observações:

1. O camarada que nos escreve exige do artigo funções que o ultrapassam. De facto, o artigo pretendia chamar a atenção para a grande burla «eleitoral» que vai ter lugar em Outubro, em Portugal, pretendia ser um toque de trombeta — e não só! — chamando os trabalhadores portugueses emigrados para a luta contra o eleitoralismo e a farsa «eleitoral» e apontando-lhes a necessidade de se organizarem nesse sentido, tal como em Portugal se está fazendo através das Comissões Anti-Eleitorais (CAEs).

O leitor lamenta que o artigo não explique nem concretize «estas três questões principais — a farsa eleitoral no contexto geral da política colonial-fascista, a colaboração dos reformistas nessa farsa, e o desprezo das massas por essa mesma farsa». É um facto que tais questões não estão devidamente desenvolvidas no artigo. Mas segundo a programação feita para o jornal, tais funções explicativas e concretizadoras seriam cumpridas por artigos publicados no presente número de *O Salto* — e assim acontece, como se pode ver pela leitura deste jornal. cremos que terá faltado uma nota explicativa salientando o carácter de iniciador da anti-campanha «eleitoral» nestes «eleições» de Outubro 1973, que o artigo em questão tinha. Certamente isso feria evitado o mal-entendido do nosso leitor.

2. O camarada que nos escreve fala, primeiro em pressupostos ou subentendidos que o artigo teria e depois refere que os factos aparecem lá como ponto de chegada e não como ponto de partida.

«Carnaval em Outubro ...» foi escrito considerando que

por um lado as massas populares possuem toda uma experiência de luta contra as «eleições» fascistas;

por outro lado, *O Salto* já no seu número 12, de Setembro de 1972, deixou bem clara a sua posição relativamente às fantochadas «eleitorais» que o fascismo monta periodicamente, e por outro lado ainda, já este ano o jornal publicou notícias sobre a luta que os trabalhadores organizados nas CAEs travam em Portugal contra a burla «eleitoral». (É por isto que não é incorrecto escrever um primeiro texto no jornal sobre a burla «eleitoral» de 1973 em que as questões principais que se levantam não são muito aprofundadas).

Podemos chamar a estes factos pressupostos ou subentendidos. Mas para além destes factos outros serviram de base ao artigo e sobre os quais este foi elaborado. E de modo algum são ponto de chegada do artigo ... Não é por eles aparecerem discriminados em notas no final do artigo que eles assim podem ser considerados!

Resumindo: havia os considerados atrás referidos (que são factos), havia mais um conjunto de acontecimentos que tiveram lugar ultimamente (e que são factos também). Tendo em conta isso e utilizando a sátira fez-se o artigo com as funções que acima definimos. E era tudo, para então. Hoje continuamos, com novos artigos, a tarefa que iniciamos com o artigo em questão: lançarmo-nos com entusiasmo no desmascaramento desta burla «eleitoral» e contribuindo assim para destruir as pretensões das forças reacçãoárias, e para transformar esta investida da reacção numa derrota do fascismo e do reformismo e, em consequência, uma importante vitória das forças populares.

A propósito do Júri Literário dos I Jogos Florais Portugueses

Camaradas,

Francamente, não posso estar de acordo com o artigo d'*O Salto* de Julho sobre os I Jogos Florais Portugueses: «Literatura ao Serviço do Povo», e não posso estar de acordo porque ele não analisa a razão porque não foram atribuídos prémios à maioria dos géneros literários, nem o 1. prémio de poesia.

O articulista admite:

1) «a opressão fascista, a exploração capitalista, os sofrimentos do povo e as suas aspirações, a criminosa guerra colonial, são questões largamente tratadas»;

2) «a maioria dos autores deixa, contudo transparecer claramente nas suas obras uma louvável preocupação formal».

Estavam pois reunidas as condições de forma e conteúdo necessárias para atribuir o 1. prémio de poesia.

Se juntarmos a estes dois factores que a maioria dos concorrentes são elementos do povo, gente que trabalha e não profissionais, temos as condições reunidas para admitir que estamos perante uma produção literária de tipo novo.

Então pergunto: porque não houve prémios?

A resposta deve ser encontrada no sectarismo do júri.

O júri fechou-se na sua «competência», na sua «super-análise» e guardou os prémios para obras futuras. Ele esqueceu-se que a vida muda cada dia, que a realidade muda e que, se hoje as aspirações das massas estavam contidas nos poemas apresentados, amanhã serão diferentes. Que o valor artístico das obras irá melhorando todos os anos e que não dando o prémio porque podem aparecer obras me-

lhores, cair-se-á num círculo vicioso.

Uma clara orientação proletária no júri, eis a única maneira de que o júri decida sempre no sentido que os prémios dos Jogos Florais sejam sempre uma bandeira do caminho a seguir...

Nota da redacção. O facto de não termos analisado suficientemente a questão do critério seguido pelo júri literário levou-nos a publicar no último número um artigo cuja posição hoje não partilhamos. A C.P. do MTPE informa-nos que considera sectária a posição do júri literário ao não atribuir o 1. prémio de poesia. Esta posição do MTPE é também a nossa. Pensamos num próximo artigo tratar mais largamente a questão.



ESCREVE PARA :
« O SALTO »
B.P. 95
75 522 PARIS CEDEX 11

Quadro do pintor albanês Muhamet Deliu

movimento popular

"POR UMA LARGA MOBILIZAÇÃO CONTRA A FARSA ELEITORAL!"

declaração da comissão permanente do mtpe

É já no próximo mês de Outubro que vai ter lugar em Portugal mais uma farsa «eleitoral».

A campanha que os representantes das diferentes classes no nosso país estão fazendo à volta dessa farsa, mostra-nos já, para além da tentativa do fascismo em dar ar mais «democrático» ao seu regime de terror da burguesia, a vã tentativa da oposição democrática-burguesa em levar os trabalhadores a participar nessa burla. E mostra-nos mais. Mostra-nos como a luta persistente travada pelas forças autenticamente democráticas e populares contra a farsa «eleitoral» e o eleitoralismo vai crescendo e reforçando-se.

POR UM PORTUGAL DONDE NAO PRECISEMOS DE EMIGRAR

Melun, 2. Reunião Interassociativa. Os representantes dos trabalhadores emigrados aí presentes indicam claramente que a principal aspiração do povo português emigrado era não ser obrigado a emigrar: poder «viver num Portugal livre da opressão e da miséria».

Trabalhadores!
Num período de campanha «eleitoral» no nosso país, em que os candidatos burgueses liberais pretendem, em nome do povo português, pedir ao fascismo que nos conceda umas migalhas, nós devemos responder-lhes com energia: calem-se, torpes demagogos!

Nós queremos um Portugal donde não precisemos de emigrar, um Portugal onde haja Liberdade, Paz, Pão, Terra e Independência, um Portugal novo onde tenha sido instaurado um governo democrático-popular, expressão vitoriosa da tomada do poder pela classe operária e a camponesa!

A TOMADA DO PODER

Nós, como trabalhadores portugueses que somos, devemos apoiar todas as lutas travadas em Portugal que contribuam para a tomada do poder pelos operários e camponeses e denunciar com firmeza tudo o que a esse objectivo se oponha. É deste ponto de vista que devemos analisar a campanha à volta da farsa «eleitoral».

Os trabalhadores não podem tomar conta do poder pela via das eleições e isto quer seja num regime de ditadura fascista como em Portugal, quer seja em regimes de ditadura democrática burguesa como os dos países capitalistas para onde emigramos. Em ambos os casos trata-se sempre de ditadura da burguesia.

É um facto comprovado pela experiência de muitos anos de luta popular: para os trabalhadores

tomarem conta do poder necessitam de destruir o poder do estado burguês! E tal só é possível seguindo o exemplo glorioso dos povos que pegaram em armas para derrotarem as forças armadas que a burguesia criou para tentar manter-se no poder!

A burguesia, ao recorrer às eleições, visa desviar as massas populares da tomada do poder fazendo-lhes crer que é possível dessa maneira acabar com o regime de opressão e de miséria em que vivem sob o capitalismo.

A Comissão Permanente do Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados, mandatada pelas associações independentes, democráticas e populares para dirigir a luta de massas que os trabalhadores emigrados desenvolvem contra o fascismo e outras correntes antipopulares na emigração e pelo apoio à luta popular em Portugal, declara que:

— os trabalhadores devem combater tudo aquilo que tente criar ilusões eleitoralistas nas massas trabalhadoras;

— a chamada «oposição democrática», apelando os trabalhadores a participar na burla «eleitoral», é quem em Portugal tem a principal missão de amarrar os trabalhadores às ilusões eleitoralistas e que por esta razão deve ser combatida tenazmente e denunciada amplamente a sua colaboração servil com o fascismo;

— têm razão aqueles que dizem que os trabalhadores portugueses já compreenderam que as eleições não passam de uma burla, o que ficou provado pelo enorme número de abstenções durante as «eleições» fascistas de 1969, e pelo pequeno número de inscritos nos cadernos eleitorais este ano, e que por consequência avançam a justa palavra de ordem de «Não aos votos!». É a sua luta que devemos apoiar.

DENUNCIAR A MANOBRA DEMAGOGICA

O fascismo português necessita cada vez mais do apoio do imperialismo internacional para continuar a fazer guerra aos valentes povos africanos que lutam para se libertarem do jugo colonial de centenas de anos.

Os governos dos países imperialistas, pretendendo continuar a sua política de rapina nos territórios sob domínio colonial português — e por isso interessados em dar esse apoio — vêm-se a braços com a oposição da grande maioria das massas populares nos seus próprios países, que se insurgem vivamente com a colaboração com os fascistas portugueses.

O governo colonial-fascista de Caetano, organizando as «eleições»,

tenta aparecer aos olhos da opinião pública internacional como um governo democrático. Isso permitiria dar aos governos dos outros países imperialistas a «cobertura» que eles necessitam para poderem continuar a apoiá-lo politicamente e a prestar-lhe ajuda militar sem grandes problemas.

Trabalhadores portugueses emigrados!

Na nossa grandiosa tarefa de apoiar a luta popular em Portugal nós devemos denunciar vigorosamente por toda a parte esta manobra demagógica do fascismo.

Falemos com os nossos camaradas de trabalho e com os elementos progressistas dos países onde estamos emigrados! Desmascaremos em toda a linha a farsa «eleitoral»!

UMA VASTA CAMPANHA

Trabalhadores portugueses emigrados!

Associações de trabalhadores, independentes, democráticas e populares!

A Comissão Permanente do MTPE apela à mobilização dos trabalhadores portugueses emigrados para o apoio à luta que se trava em Portugal contra a farsa «eleitoral» pela Revolução democrática e popular!

O governo fascista português que nos forçou a sair do nosso país, o mesmo governo que sustenta em África uma criminosa guerra de genocídio dos povos de Guiné e Cabo Verde, Angola e Moçambique vai tentar agora ganhar pontos no conceito da opinião pública mundial. O processo utilizado são umas «eleições» que ele pretende hipocritamente apresentar como sendo democráticas. Assim ensaia conquistar as simpatias das pessoas que a sua política de repressão desenfreada justamente desacreditara e indignara.

Pois bem! Saibamos responder a esta ofensiva do fascismo! Nós temos um papel importante a desempenhar na tarefa de mostrar qual a verdadeira face, o carácter burlão das «eleições» e o que a burguesia colonial-fascista pretende com elas! Nós devemos unir-nos e concentrarmos nesta campanha o essencial dos nossos esforços! Deste modo, faremos surgir na emigração, nos meses de Setembro e Outubro um vasto movimento de apoio à luta popular em Portugal o que será um grande contributo à construção de um Portugal novo donde não precisemos de emigrar!

Por um Portugal donde não precisemos de emigrar!

Abaixo a farsa «eleitoral»!
Apoiemos a luta popular em Portugal!

Liberdade! Paz! Pão! Terra! Independência!

"ABAIXO A ALIANÇA!"

A propósito da recente visita de Marcelo Caetano à Inglaterra, o Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados (MTPE) publicou um folheto dirigido aos trabalhadores portugueses, que foi largamente distribuído.

Sob o título «Abaixo a Criminosa Aliança entre o Imperialismo Português e Britânico», assinala-se no referido panfleto a grande manifestação de justo ódio com que os trabalhadores portugueses e emigrados e os seus camaradas ingleses e outros anticolonialistas receberam o criminoso chefe do governo fascista português. O folheto denuncia também a colaboração vergonhosa que o imperialismo britânico presta aos colonialistas portugueses. E termina com os slogans gritados por milhares de anti-imperialistas em Londres:

«Abaixo a Aliança!», «Abaixo a colaboração do imperialismo britânico e português!», «Os povos das colónias vencerão!», «O povo português vencerá!».

Luta armada popular ou terrorismo pequeno-burguês?

Datado de Julho de 1973, tem sido distribuído na Holanda um panfleto assinado pela delegação da FPLN (Frente Patriótica de Libertação Nacional), nesse país. Nesse panfleto a FPLN tenta defender as acções terroristas das suas Brigadas «Revolucionárias» (B'R'), face à condenação unânime que elas têm sofrido da parte das organizações populares tanto em Portugal como na emigração, atacando o nosso jornal, bem como os nossos camaradas de *Novaport*, *A Voz do Deserto* e da Associação Resistência e Trabalho de Amsterdão.

Não iremos aqui denunciar as várias deformações que nesse panfleto são feitas a textos do nosso jornal¹, seria desperdiçar precioso espaço. O importante é pôr a claro as concepções terroristas sobre a luta armada postas em prática pelas B'R' e que o panfleto tenta defender.

Começaremos por relembrar as noções fundamentais sobre luta armada popular há muito comprovadas pelas insurreições vitoriosas (Rússia, China, Albânia, Vietnam, etc.) e que os nossos «patriotas» de Argel parecem «esquecer».

1- Para se lançarem na criação do exército popular, as forças autenticamente populares do nosso país devem estar suficientemente consolidadas para poderem passar à fase de luta armada. Fazê-lo antes seria aventureirismo e levá-las à sua destruição (ver FAP²). A luta armada será uma das frentes de luta das organizações populares que através de um longo trabalho sindical e político junto das massas, se ligarão intimamente a elas.

2- O Exército Popular é o exército dos operários e camponeses. O povo português só poderá destruir o estado burguês-fascista, conquistar o poder e mantê-lo, se estiver armado e organizado no seu exército. Para o criar as forças populares deverão:

i) Fazer da palavra de ordem de luta armada uma palavra de ordem clara e categórica, que deverá ser popularizada junto das massas pelos mais variados meios de propaganda;

ii) Mobilizar para a luta armada o maior número possível de operários e camponeses.

Só assim o exército popular será o povo em armas.

3- O exército popular terá um programa onde estarão claramente definidos os objectivos da revolução democrático-popular. O exército popular estará intimamente ligado a uma frente popular que mobilizará os operários e camponeses para a luta armada com base num programa que define os objectivos pelas ou seja a tomada do poder pelas massas populares para a instauração de República Democrática e Popular.

4- O exército popular utilizará os mais diferentes meios de acção. Nestes tomarão uma grande importância os combates de rua. O terror, sabotagens, por exemplo, não serão nele o único ou o principal aspecto de luta armada, mas como disse o grande dirigente do proletariado internacional Lênine «É um dos aspectos da guerra, que pode perfeitamente ser indispensável num dado momento do combate, em certas circunstâncias da evolução do exército e em determinadas situações».³

A CONCEPÇÃO DA FPLN É ANTIPOPULAR E TERRORISTA

1- As acções armadas das B'R' são praticamente a única actividade da FPLN, à parte as suas activi-

dades radiofónicas. A FPLN é pois uma organização sem nenhuma ligação às massas. As acções das B'R' são acções completamente cortadas das massas, em que estas não participam, são pois acções aventureiristas, que fazem das B'R' um alvo fácil da repressão que cedo as destruirá como destruiu a LUAR.

2- As B'R' não são, nem procuram criar, o exército popular. As Brigadas «Revolucionárias» não procuram mobilizar as massas para a luta armada; tal como os comandos da LUAR ou da ARA, as B'R' actuam completamente desligadas das massas. Mobilizam somente meia dúzia de intelectuais radicais que se especializam nas acções de comandos e que não se integram nas massas. Mas elas não só não mobilizam as massas, como as desmobilizam, visto que:

i) As acções de comandos feitas por «heróis» desligados das massas, criam nos trabalhadores a passividade, a expectativa de que esses «heróis» irão fazer a revolução por eles;

ii) A destruição das B'R' pela repressão só servirá para desenvolver o derrotismo nas massas populares.

3- As B'R' não têm nenhum programa. Nem lutam pela revolução democrático-popular. As B'R' não têm nenhum programa onde venham claramente definidos os objectivos das suas acções armadas. A delegação da FPLN defende-se desta acusação dizendo que as B'R' publicaram «um comunicado onde se definiam os objectivos fundamentais». Não têm pois, como nós dizíamos, «nenhum programa político, que as defina, qualquer jornal ou qualquer declaração de princípios».⁴ Um comunicado sobre as primeiras acções, onde em algumas linhas se enunciam alguns objectivos nada tem a ver com um programa ou declaração de princípios. Se por um lado, isto mostra o desprezo das B'R' pela mobilização das massas, por outro lado as B'R', ligadas a uma organização pequeno-burguesa radical como a FPLN, nunca poderiam lutar pela revolução democrático-popular, mas pelos objectivos da Frente Patriótica de Libertação Nacional que, como o seu nome indica, são os de implantar em Portugal uma República democrático-burguesa.

4- As acções das B'R' são terroristas. Nas B'R' as acções de terror são o aspecto único da sua actividade. Se nós condenamos agora as acções de terror das B'R' não é porque, como vimos, nós condenamos em absoluto as acções de terror, mas, como disse Lênine:

«Simplesmente, a grande diferença é que nos propõem agora o terror, não como uma das operações de um exército em luta, operação esta estritamente ligada e articulada a todo o sistema de luta, mas como um meio de ataque isolado, independente de qualquer força armada, bastando-se a si próprio».⁵

1. A título de exemplo, no artigo «Rompendo o Muro da Censura Fascista», Salto n. 11, de Julho-Agosto de 1972, afirmávamos: «Nem uma nem outra destas organizações (a ARA e as B'R') publicou até hoje qualquer programa político que as defina, qualquer jornal ou qualquer declaração de princípios».

2. Em 1965, os militantes que tinham rompido com as posições pacifistas do partido de Álvaro Cunhal, lançaram-se em acções armadas sem terem anteriormente suficientemente consolidado a sua ligação às massas. A FAP foi destruída pela repressão.

3. V. I. Lênine, obras, t.5, p.15.

4. Ver nota 1.

5. Ver nota 3.

lê
NOVAPORT

Lê o Boletim de Informação
quinzenal de NOVAPORT.
Para te informares de como
o receberes escreve para
NOVAPORT
B.P. 4806
75261 - PARIS CEDEX 06

lê SEARA VERMELHA

"utilitarismo cultural"

continuação da p. 12

curou melhorar o seu nível artístico. De uma representação para a outra o GTJG trabalhou tenazmente para melhorar a qualidade artística, apesar dos seus elementos trabalharem 9 horas por dia (pese à pequena burguesia, não se trata de justificação nenhuma, mas da realidade) e apesar destes não virem do «Teatro Nacional». E assim, na segunda representação — da qual JH nem sequer fala, apesar de a ter podido ver — já foi atingida uma melhor qualidade artística, louvável em alguns aspectos e tanto mais que o GTJG ousou representar peça tão difícil.

Deveríamos nós louvar o GTJG por ousar meter ombros a tal empreendimento ou deveríamos nós condená-lo a representar o «melodrama simplista» ou «uma peça de André Brun» tal como desejaria JH?

Mas os desejos de JH e a realidade continuam a ser bem diferentes. É que tanto o GTJG como o jornal *O Salto* sempre defenderam e aplicaram concepções extremamente diferentes das de JH, tanto na arte como em política. É que tanto o GTJG como o jornal *O Salto* nunca tiveram as concepções idealistas nem o comportamento radical de JH e do «TO».

Então, porque é que JH lança a confusão, fazendo crer que as suas concepções e o seu comportamento — que eram os do «TO» — seriam também os dos outros? É fácil de responder. É que isso servia o seu único intuito ao escrever tal artigo — denegrir o GTJG e o jornal *O Salto*, denegrir a sua obra cultural.

SOBRE O UTILITARISMO

Além de nos tentar comover com as suas histórias do «enganado», JH tenta comover-nos com a história do utilitarismo, dizendo que o GTJG se preocupou apenas com o que a peça teria de utilitário.

Pondo-se, hipocritamente, em campeão do anti-utilitarismo, JH faz-nos lembrar aqueles burgueses que defendem a «arte pela arte» e a «arte acima das classes», para melhor defenderem a continuação da exploração das classes trabalhadoras, para melhor defenderem a ideologia e arte burguesas. JH, que se pretende materialista, esquece-se que os materialistas não são contra o utilitarismo cultural em geral. Como dizia o referido autor chinês:

«... eles são contra o utilitarismo das classes feudal, burguesa e pequeno-burguesa, contra esses hipócritas que se dizem inimigos do utilitarismo mas praticam na realidade o utilitarismo mais egoísta e mais míope. Neste mundo, não há utilitarismo que esteja fora das classes; na sociedade de classes, o que não é o utilitarismo dum classe é-o dum outra».

Mais adiante, e a este respeito, diz ainda o autor:

«... nós somos utilitaristas revolucionários que nos fixamos os mais largos objectivos e para o mais longínquo futuro, e não utilitaristas estreitos que só vêem o particular e o imediato».2

É provável, e é louvável, que o GTJG tenha uma concepção utilitarista do teatro — não o utilitarismo estreito, imediatista — pois o teatro, como todas as coisas culturais, não existe acima ou fora das classes.

Afinal JH com este artigo pleno de demagogia e confusão sobre o utilitarismo cultural persiste nas suas concepções idealistas. Se tem medo de ainda estar «enganado» que esteja descançado pois as suas concepções não são as dos chineses. Tão-pouco são as nossas.

1. Mao Tséung, Intervenções nos Colóquios de Ienam sobre Literatura e Arte.
2. Idem.

Nota — As frases entre aspas que não estão assinaladas, são extractos do artigo de Júlio Henriques.

Prémio UTPE-Solidariedade

continuação da p. 12

ta no bidonville, para que é que se anda a meter nisto?» Isto são as palavras textuais do Comissário. Aliás é logo após este acontecimento que a repressão se abate sobre Loreta. É aqui que aparece a medida de expulsão por «perturbação da ordem pública». E a expulsão não vem só, pois logo a seguir chegam os bulldozers para destruírem o bidonville.

Entretanto o Conselho Municipal tinha prometido realojar as famílias do bidonville e para isso dizia ter à disposição 100 alojamentos. Foi promessa que não cumpriu! As famílias foram finalmente realojadas nos famigerados Foyers Transit da Sonacotra.

Se a repressão se abateu sobre Loreta foi também porque ela efectuava um trabalho de esclarecimento junto dos trabalhadores, ajudava-os a preencher papeis, etc, fazendo assim as vezes da Assistente Social ou da própria Administração. Aliás vê-se neste caso a demissão total da Administração. Eu penso que, quanto a Loreta, ela procurava mudar as condições de vida, que era uma acção para ir mais longe...

O SALTO: No combate internacional por uma sociedade nova, os trabalhadores emigrados e os trabalhadores nacionais devem-se unir para a luta. Em que medida o cinema pode contribuir para essa união?

D. Dante: Eu penso que o cinema para além de ajudar a conhecer as lutas dos trabalhadores, pode ajudar os trabalhadores a conhecerem-se mutuamente.

Assim penso que o filme «Loreta e os Outros» vai nesse sentido. Por um lado ele traz elementos de reflexão para os trabalhadores franceses em relação à luta dos trabalhadores emigrados. Por outro lado, para os trabalhadores emigrados, eles sentem que se pode fazer qualquer coisa. Pode-se dizer que o filme prolonga a acção de Loreta.

Uma outra questão muito importante no cinema é a da linguagem. Se se quer dar a conhecer uma luta aos operários e camponeses, não é qualquer linguagem que pode servir. Assim este filme não se dirige a um público conhecedor, iniciado, ele dirige-se a todos os trabalhadores, e as pessoas sentem que eles lhes diz respeito, provoca uma reflexão.

O filme é a aproximação de uma parte de um povo que vive fora do seu país e no fundo é a liberdade de expressão que está em causa.

Por outro lado, este caso é um precedente. Na medida em que dá a conhecer a lei de 1945, que dá a conhecer os direitos dos trabalhadores emigrados, isto é, que dá a conhecer que se pode interceder contra uma expulsão.

O facto que um emigrado se

"Tour" — a grande feira comercial ambulante

Acabou há pouco tempo a Volta à França, o famoso «Tour», assim como a Volta a Portugal em bicicleta.

Estas competições que ainda motivam milhares de pessoas e que, segundo os organizadores e a imprensa burguesa, são festas do povo, não têm nada a ver com Desporto Popular. E senão vejamos.

Provas desta natureza são organizadas por grandes empresas e portanto, como não podia deixar de ser, têm como principal fim aumentar os seus lucros, alargar o seu «prestígio» comercial, manter milhares de trabalhadores desviados dos seus problemas reais. E isto é conseguido através da exploração do esforço realizado pelos corredores e da publicidade maciça distribuída por todo o lado e difundida a todo o momento. Com efeito, cabe aos órgãos de informação uma quota-parte importante do clima de grande acontecimento «desportivo» de «interesse nacional» que rodeia sempre estas realizações.

Nestas provas tudo está condicionado pelo aspecto financeiro. Desde o traçado do itinerário (a Volta à França deste ano passou pela Bélgica por imposição de uma marca de tabaco belga que aparece em toda a publicidade como o «cigarro do desportista»!!!), até à escolha das terras de chegada (o «Tour» teve uma meta numa pequena aldeia só porque aí está instalada uma fábrica de aspirinas, que era um dos principais anunciantes), passando pelo carro-vassoura e pelos prémios (o carro-vassoura era patrocinado por uma conhecida marca de aspiradores e o prémio da amabilidade era oferecido por um banco, «o banco que gosta de falar de dinheiro...»), tudo isto confirma que o «desporto» profissional está muito simplesmente ao serviço dos grandes patrões.

(Um dos organizadores do «Tour», o jornal «L'Equipe», tira todos os anos receitas enormes com esta competição e que lhe permitem equilibrar o seu «déficit» anual. E isto apesar das despesas desta corrida ascenderem a alguns milhões de francos...!).

Um dos aspectos mais grandiosos do emprego do «Tour» para fins comerciais é a caravana publicitária que o acompanha, cujo direito de entrada se cifra em dezenas de milhares de francos, e que apesar do seu custo elevado apresenta uma procura e concorrência crescentes de ano para ano. Trata-se, por conseguinte, de um negócio em que é necessário investir muito mas que garante grandes lucros para as firmas que nele participam. É uma verdadeira actividade capitalista.

Como é óbvio, numa obra toda ela virada para o lucro, a contenção das despesas é um dos aspectos financeiros mais importantes. E fundamentalmente quem é que sofre as consequências dessa política comercial? Os ciclistas, é claro!

FADIGA, DOENÇA E MORTE DOS CICLISTAS

Passemos a ver agora o modo

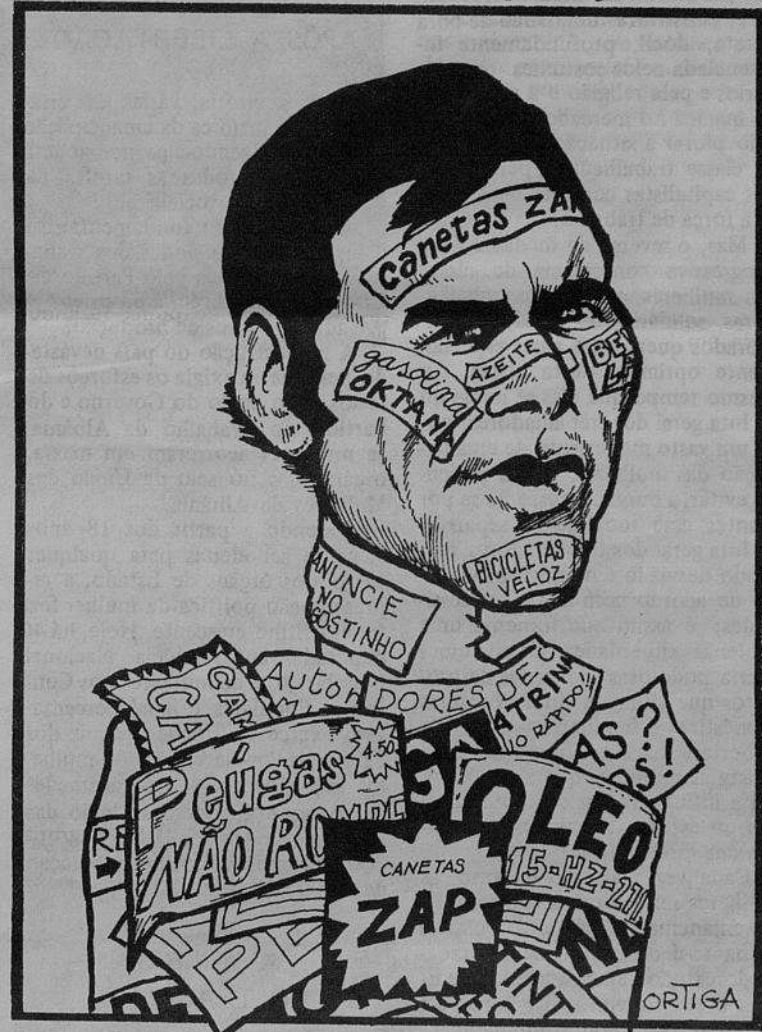
tenha servido da lei para defender os seus direitos, sensibiliza a opinião pública, chama a atenção sobre os direitos dos trabalhadores emigrados, o que é muito importante.

O SALTO: O que pensas dos Jogos Florais e do prémio UTPE-SOLIDARIEDADE atribuído ao filme «Loreta e os Outros»?

D. Dante: Eu penso que o prémio UTPE-SOLIDARIEDADE é muito importante, não para mim mas pelo facto de ser atribuído a um filme cujo assunto é a luta dos trabalhadores portugueses emigrados e um filme feito com pessoas do bidonville. Aliás, como no prémio de Strasbourg, (1) é importante porque chama a atenção para os direitos do homem e ajuda a fazer compreender o caso dos trabalha-

como são tratados os ciclistas, os principais animadores do espectáculo. Continuemos a falar da Volta à França. (A Volta a Portugal, como aliás as voltas aos outros países da Europa, é uma volta à França a uma escala menor... Todo o aspec-

repouso, chegando-se mesmo ao ponto de em certos casos não ser possível tomar o duche higiénicamente indispensável depois de todo o esforço físico dispendido. Tal facto contrasta com os hotéis de luxo em que os organizadores «des-



Agostinho não é um desportista, mas sim um mostruário publicitário ambulante.

to de carácter organizativo destas provas é dela copiado, sendo feita uma adaptação grosseira em cada caso). O «Tour» é uma prova que exige um grande esforço físico, onde a maioria dos ciclistas não ganha para o suor dispendido. E isto apesar de se fazerem provas velocípedas onde os prémios são mais altos. Um caso extremo: o último classificado deste ano ganhou 600F donde há a tirar ainda uma dezena de penalidades que custam entre 15 e 30F cada uma...

Também no aspecto de segurança é flagrante a presença do factor lucro, que faz com que os ciclistas continuem a correr grandes riscos. São as ultrapassagens e interferências feitas pelos carros dos órgãos de imprensa que acompanham as provas, sempre na mira de dar notícias em cima dos acontecimentos para melhor venderem os seus produtos, são, em particular, os repórteres fotográficos que para obterem a «fotografia do dia» metem as suas viaturas entre as bicicletas dos corredores, sem se preocuparem com a vida destes e chegando a provocar graves quedas colectivas.

No que se refere aos «cuidados» que há com a saúde dos ciclistas o panorama não se altera. Sendo obrigados a um esforço diário de 8 a 10 horas, os organizadores do «Tour» escolhem para alojar os corredores hotéis sem as mínimas condições de

cansam» depois de fazerem repim-pados nos seus bons carros o percurso que os ciclistas tiveram de fazer em cima das bicicletas, pedalando energeticamente...

Mas além dos horários infernais e das péssimas condições de repouso, os ciclistas são pressionados pelos empresários das equipas a que pertencem a ingerir drogas. O proveito momentâneo de uma ou outra vitória acarreta, no entanto, graves consequências para as suas vidas. A comprová-lo há o caso bem recente de um corredor inglês que morreu por esgotamento durante uma etapa da Volta à França num dos últimos anos, depois de o terem drogado.

Tudo isto vem confirmar que o ciclismo, como todo o «desporto» profissional, nada tem a ver com desporto popular, sendo apenas mais um meio de que a burguesia se serve para explorar os trabalhadores — os ciclistas que constroem o espectáculo e os espectadores, na sua grande maioria elementos das classes trabalhadoras, que a ele assistem.

1. O custo do «Tour» e da Volta do Futuro, também realizada pelo referido jornal, elevou-se em 1966 a 4 milhões de francos, segundo o livro «Sport et Politique» de Jean Meyrand.

POR CADA ASSINANTE 2 NOVOS ASSINANTES

«O Salto» não tem subsídios dos bancos.

«O Salto» é um jornal de trabalhadores e para trabalhadores.

«O Salto» para se desenvolver precisa da tua ajuda. Faz 2 amigos teus serem assinantes.

(Ver condições de assinatura na pág. 6)

(1) Este filme recebeu também o prémio sobre os direitos do homem no Festival Internacional de Strasbourg.

A MULHER NA ALBÂNIA

Desde o início do capitalismo, a burguesia, para aumentar os seus lucros, dispôs-se a utilizar o trabalho produtivo das mulheres. A mulher constituía uma mão-de-obra barata, dócil, profundamente influenciada pelos costumes reaccionários e pela religião e a sua entrada maciça no mercado do trabalho veio piorar a situação do conjunto da classe trabalhadora, permitindo aos capitalistas comprar mais barata a força de trabalho.

Mas, o reverso da medalha foi a progressiva consciência de classe das mulheres, quer como trabalhadoras, solidárias com todos os explorados quer como parte especialmente oprimida desta classe. Ao mesmo tempo que elas se integram na luta geral dos trabalhadores, surge um vasto movimento de emancipação das mulheres. Não o podendo evitar, a burguesia esforça-se por manter esse movimento separado da luta geral dos trabalhadores, tentando desviá-lo e mesmo aproveitá-lo de acordo com as suas necessidades: é assim que fomenta uma pretensa «liberdade» de costumes e cria poderosas indústrias de produtos que visam facilitar as tarefas domésticas e familiares — a fim de «libertar» para a exploração capitalista as mulheres que ainda sofriam a influência dos costumes antigos ou estavam totalmente ocupadas nas tarefas do lar.

Cada vez mais, no entanto, as mulheres sentem que a sua completa emancipação só será possível numa sociedade em que os trabalhadores não sejam oprimidos e ligam o seu movimento à luta pela instauração do poder popular.

A LUTA DAS MULHERES NA ALBÂNIA

Nos países em que os trabalhadores conquistaram o poder, qual é a situação, qual é o papel desempenhado pela mulher? Vejamos o que se passa na Albânia, país que avança firmemente na construção do socialismo.

A mulher albanesa, apesar de uma longa tradição de participação nas lutas do seu povo, estava particularmente oprimida, pois a ocupação turca tinha deixado profundas marcas feudais ligadas aos aspectos familiares e religiosos — a religião oficial era o islamismo.

Apesar de ter participado activamente nas insurreições populares que culminaram na independência, o seu estatuto poucas alterações sofreu durante o período entre 1912 e 1929. Neste ano, sob o regime do rei Zog, foi adoptado um novo Código Civil que abolia certos aspectos feudais, como a poligamia e o valor legal do casamento religioso, e estabelecia o direito ao divórcio. Mas o poder marital absoluto sobre a mulher, os filhos e os bens do casal mantinha-se, assim como se impedia a participação da mulher na vida social.

Sendo o regime do rei Zog aberrantemente antidemocrático, as mulheres tomaram consciência da necessidade de lutarem pela democracia e pelo derrubamento do regime, como passo necessário para a sua real emancipação.

Quando se deu a invasão dos fascistas italianos, as mulheres albanesas tomaram o seu lugar na luta, ao lado dos maridos, filhos e irmãos. No exército popular, combateram 6.000 guerrilheiras, enquanto que outros milhares e milhares participaram em tarefas clandestinas, nas zonas ocupadas, ou se encarregaram do apoio material à frente de combate, nas zonas libertadas.

Foi essa atitude pronta e nobre que Enver Hoxha, grande dirigente do povo albanês, soube apreciar, declarando após a vitória final:

«A mulher albanesa adquiriu os seus direitos com o seu sangue e o

poder popular que ela instaurou, combatendo ao lado dos seus irmãos».

APÓS A LIBERTAÇÃO

Após a vitória, várias leis criaram a base jurídica da emancipação da mulher, fazendo-a participar activamente em todas as tarefas da construção do socialismo.

A modificação fundamental foi a instauração do poder dos trabalhadores, dirigidos pelo Partido do Trabalho, que aboliu a propriedade privada dos meios de produção.

A reconstrução do país devastado pela guerra exigiu os esforços de todos e, ao apelo do Governo e do Partido do Trabalho da Albânia, as mulheres acorreram em massa, organizadas no seio da União das Mulheres da Albânia.

Podendo a partir dos 18 anos eleger e ser eleitas para qualquer cargo dos órgãos de Estado, a representação política da mulher fez-se em ritmo crescente. Hoje, há 40 deputadas à Assembleia Nacional Popular, 40% de mulheres nos Conselhos Populares e igual percentagem exerce as funções de juiz dos Tribunais Populares. 30.000 mulheres são dirigentes de organizações de massa e a poderosa União das Mulheres da Albânia (UMA) agrupa 300.000 mulheres, numa população de 1.900.000 pessoas.

A MULHER NO TRABALHO

Desde a elaboração dos planos quinquenais, às campanhas contra os métodos burocráticos ou à luta contra os vestígios da ideologia feudal ou burguesa — que as visava especialmente — tudo tem a colaboração decisiva das mulheres. Pode-se avaliar a participação feminina na reconstrução económica, pelo facto de que, em 1938, apenas 668 mulheres se «atreviam» a trabalhar fora do lar enquanto hoje este número se eleva a 330.000 ou seja a grande maioria da população feminina em idade de trabalhar.

O direito ao trabalho, à escolha de profissão, à associação, à propriedade e à sucessão dos bens próprios, a salário igual para igual trabalho, ao acesso à função pública, sem tutelas ou entraves, eis algumas das modificações que o poder popular introduziu na vida das mulheres albanesas. Elas exercem todas as profissões, exceptuando os trabalhos penosos, que, devido à sua constituição fisiológica, lhe estão interditos. 37% dos quadros médios são mulheres e, em 1967, havia 180 engenheiras e 252 médicas (antes da Libertação, os números totais — homens e mulheres — eram de 36 engenheiros e 100 médicos). Nos campos, as cooperativas agrícolas agrupam mais de 150.000 mulheres que criam para o socialismo uma sólida base económica.

Antes da Libertação, o analfabetismo abrangia 84% da população, e a mulher cabia ainda maior percentagem. Hoje não há analfabetismo nos adultos com menos de 50 anos, a escolaridade obrigatória é de cerca de 8 anos e numerosas jovens prosseguem os seus estudos a todos os níveis, muitas vezes sem abandono do trabalho, dispondo de facilidades como redução do horário de trabalho e férias pagas de 20 a 45 dias para preparação dos exames.

O Estado fomenta a natalidade e protege a mulher grávida. As leis prevêem punições severas para quem recuse emprego, despeça uma trabalhadora por motivo de gravidez, ou a obrigue a fazer horas extraordinárias. As férias de parto vão de 12 a 15 semanas e há uma rede de maternidades, dispensários, creches, etc. O objectivo é reduzir a mortalidade infantil, promovendo quando necessário o interna-

mento das crianças em hospitais, onde são acompanhadas pela mãe.

A FAMÍLIA

No seio da família, as transformações foram profundas. A poligamia, o casamento imposto ou por interesse foram abolidos. O casamento é livre, fundado no amor e no respeito mútuo. A gestão da economia familiar e a autoridade sobre os filhos são exercidas pelo casal. As tarefas domésticas são repartidas pelos cônjuges. O divórcio é autorizado, pois ao Estado interessa que o casamento seja sólido e não se vê vantagem em arrastar situações insustentáveis. Os filhos, se os houver, são confiados pelo Tribunal ao cônjuge julgado mais apto para os educar, na maioria dos casos, as mulheres.

A mãe solteira é respeitada e protegida, tendo o direito de fazer reconhecer o filho, assim como reclamar a contribuição do pai para a educação e manutenção da criança.

Os filhos naturais têm todos os direitos atribuídos aos legítimos.

Quanto à sucessão de bens, não há discriminação de sexo entre os filhos, e a mãe herda como parte igual.

Estes são alguns exemplos das perspectivas que o poder popular veio trazer às mulheres albanesas. Unidas, elas têm consciência de que há um longo caminho a percorrer, tanto na edificação da base material da sociedade socialista, como no combate aos vestígios burgueses e feudais; mas estão firmemente decididas a continuar na via da completa emancipação, que possibilitará a expressão da sua capacidade criadora e o pleno desenvolvimento da sua personalidade.

guerra colonial

Abaixo a colaboração com o colonialismo português!

Este é o título de um folheto publicado pela Associação de Apoio aos Povos sob Dominação Colonial Portuguesa, de que são membros a FEANF - Federação dos Estudantes da África Negra em França, O Salto, Le Prolétaire Ligne Rouge (Proletário Linha Vermelha) e o Comité de Apoio aos Desertores e Refractários Portugueses, e destinado a impulsionar a luta contra o colonialismo português.

O panfleto é ilustrado com fotografias da manifestação em Londres e com outras fotografias mostrando soldados colonialistas portugueses incendiando criminosamente uma aldeia em Moçambique e uma força de combate constituída por guerrilheiros moçambicanos erguendo as espingardas que empunham com firmeza.

«O imperialismo e a guerra colonial portuguesa», «O imperialismo inglês, velho mestre do imperialismo português», «Os mesmos métodos do Vietname» e «Os povos das colónias vencerão!», são os títulos dos vários textos que fazem parte do panfleto a que tem sido dada grande divulgação.

CONTACTA O COMITÉ DE APOIO AOS DESERTORES E REFRACTÁRIOS PORTUGUESES

- Se estás em França por teres recusado fazer a criminoso guerra colonial;
- Se por isso, tens dificuldades na tua regularização aqui em França;
- Se desejas apoiar os desertores e refractários portugueses;

Dirige-te às Permanências do Comité:

Quartas-feiras: das 18 às 21 h.
Sábados: das 16 às 20 h.

Sábados: das 18 às 20,30 h.

127, Rue St. Maur - Paris XI

174, Rue Championnet
Paris XVIII

Metros: GONCOURT
COURONNES

Metro: GUY MOQUET



Numa mão a picareta noutra a espingarda: trabalhadores e trabalhadoras unidos constroem e defendem o socialismo.

GRANDE VITÓRIA DO PAIGC

Na madrugada de 25 de Maio deste ano as forças armadas do PAIGC infligiram ao exército colonial-fascista a sua mais pesada derrota desde o início da luta armada ao desalojarem com severas perdas as forças portuguesas do campo fortificado de Guileje, culminando assim a operação «Amílcar Cabral».

A tropa colonial, com os efectivos reduzidos a metade debandou em pânico abandonando grande quantidade de armamento e outro material de guerra. *O Salto* dá a conhecer aos seus leitores algumas das primeiras e expressivas imagens de Guileje libertado.

dios, metralhadoras pesadas, dezenas de armas individuais como pistolas, metralhadoras, espingardas automáticas e de repetição além de grandes quantidades de munições.

A própria instalação eléctrica e até o posto de rádio foram recuperados intactos pelos patriotas. Viveres e rações que dão para vários meses, documentos oficiais e mapas de grande valor militar e até as condecorações obtidas como recompensa pelos crimes cometidos contra o povo da Guiné caíram nas mãos dos combatentes do PAIGC.



Um aspecto do Congresso do PAIGC.

A solidariedade de combate com os movimentos de libertação das outras colónias portuguesas e com os combatentes antifascistas e anti-colonialistas portugueses foi afirmada. Finalmente foi decidida a convocação, para este ano ainda, da Assembleia Nacional Popular a qual deverá proclamar solenemente a existência do Estado da Guiné Bissau e adoptar a 1ª Constituição da história do povo guineense.

O Salto em nome dos trabalhadores portugueses emigrados saudou e felicitou o PAIGC e o povo da Guiné por mais esta importante vitória.

— VIVA A GUINÉ INDEPENDENTE!

— ABAIXO O COLONIALISMO, O NEO-COLONIALISMO E O IMPERIALISMO!

— OS POVOS DAS COLÓNIAS VENCERÃO!

Quem é Aristides Pereira, novo secretário-geral do PAIGC?

Para a pesada responsabilidade de suceder a Amílcar Cabral na direcção da luta de libertação, o 2º Congresso do PAIGC escolheu por unanimidade Aristides Pereira. Este valoroso militante, de 49 anos, é membro dirigente da organização desde que esta foi fundada, em 1956.

Organizador da luta clandestina dos centros urbanos, cedo se viu obrigado a exilar-se na República da Guiné. Desde 1964 que desempenha as funções de secretário-geral adjunto, tendo também sido membro do Conselho de Guerra e da Comissão Permanente do Comité Executivo de Luta.



Material de guerra capturado pelo PAIGC.



No padrão colonial colocaram a fotografia do grande patriota Amílcar Cabral.

O campo de Guileje era considerado pelos colonialistas como inexpugnável. Os seus canhões, agora em poder do povo, flagelavam constantemente as populações do sector libertado de Balana. No centro da parada, o colonialismo construiu um padrão aos seus mortos e içava arrogantemente o símbolo do seu domínio. Hoje é a bandeira da Guiné libertada que ondula ao vento, sobre um grande retrato de Amílcar Cabral, cujo exemplo guia os combatentes e todo o povo nas heróicas tarefas da libertação e da reconstrução nacional.

Não foi fácil aos combatentes fazer o inventário das quantidades de material: veículos blindados, Unimog, jeeps, camiões Berliet, 2 canhões de 155 mms (que se vêem na foto) morteiros pesados e mé-

Esta vitória do PAIGC e do povo da Guiné abre novas e radiosas perspectivas ao desenvolvimento da luta de libertação, e apressa o desmoronar das posições colonialistas.

Não menos importante que a vitória de Guileje foi a reunião do 2º Congresso do PAIGC, numa zona libertada do leste do país, de 18 a 22 de Julho passado. Todas as regiões, zonas e secções do PAIGC, as heróicas Forças Armadas Nacionais, os denodados trabalhadores da Reconstrução Nacional foram representados por 138 delegados e 60 observadores. Foram tomadas decisões como a criação e a eleição dum Secretariado Permanente composto por Aristides Pereira (secretário geral) Luís Cabral (secretário geral adjunto), Francisco Mendes e João Bernardo Vieira (secretários).

Massacres em Moçambique

Nos últimos dias de Julho estiveram na Holanda os padres missionários espanhóis Vicente Berenguer e Júlio Moure, ambos testemunhas de crimes praticados pelo exército colonial-fascista português em Moçambique.

Vicente Berenguer esteve 6 anos em Moçambique e está neste momento impedido de aí voltar. Júlio Moure esteve 3 anos naquele país e foi expulso pelas autoridades colonialistas. Aproveitando a oportunidade da sua passagem pela Holanda, eis aqui um resumo da conversa que um dos nossos correspondentes naquele país travou com os missionários espanhóis.

A HISTÓRIA DO MASSACRE

«No sábado dia 16 de Dezembro de 1972, pelas 14 horas, dois aviões a reacção bombardearam as povoações de Wiriamo e João a 25-30 km de Tete, enquanto 5 helicópteros desembarcavam tropas que cercavam e metralhavam as ditas povoações.

«Entretanto a população da povoação de Xaola, que viu o fumo e ouviu o barulho das metralhadoras, tentou fugir mas foi cercada pela tropa que a massacrava.

«O massacre foi de tal ordem que no seio da tropa houve contradições e alguns jovens portugueses que não aceitaram estes crimes e tinham confiança em nós, vieram contar-nos o acontecido. Depois houve feridos que conseguiram escapar ao fogo da pilha que ardia no meio da povoação, que também contaram como se passou o massa-

cre.

«No dia seguinte, dia 17, homens nossos conhecidos conseguiram identificar, com nomes e apelidos, 53 cadáveres.

AS TESTEMUNHAS DO MASSACRE

«É verdade, nós somos alguns dos padres que trabalhavam na região de Tete. Fomos testemunhas dos massacres em Wiriamo e falámos com feridos e com gente que fugiu daquela zona.

«Tínhamos alunos daquela zona cujos pais ficaram feridos. Por eles enviámos medicamentos para os curar.

«Mas há mais testemunhas. A irmã Lúcia que trabalha no hospital de Tete sobrevoou a região de helicóptero e viu bem os cadáveres. E outras irmãs que curaram alguns feridos.

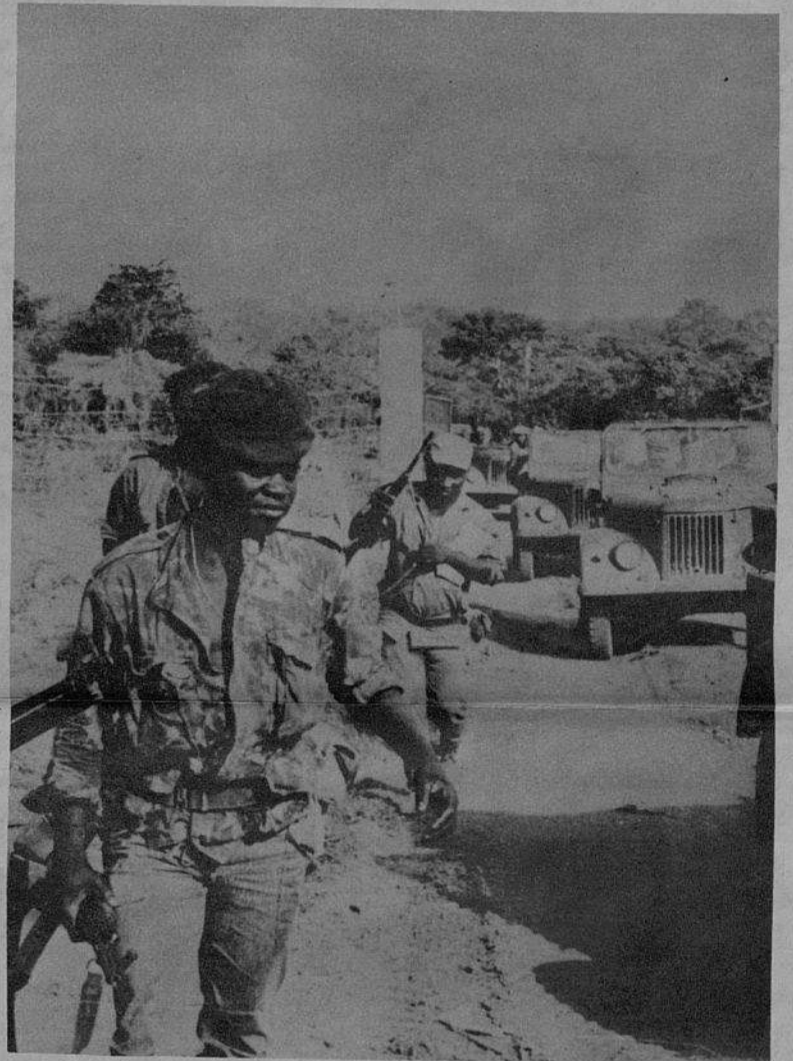
«Eu, por exemplo, no dia 17 de Dezembro de 1972, ia de Xangar para Tete de camioneta e a 15-18 km de Tete fizemos parar porque havia umas 35 pessoas que, querendo fugir aquele horror, pediam-nos que as transportássemos. Durante a viagem, como falo a língua local, conversei com aquela gente. Eles contaram-me como tinham conseguido fugir aquele horror e havia já um dia que caminhavam no mato.

O JOGO DAS AUTORIDADES FASCISTAS

«Na Diocese de Tete pedi licença para visitar estes locais, mas foi-me negada.

A nomeação de Aristides Pereira é a garantia segura de que o povo da Guiné prosseguirá a luta de libertação do povo da Guiné sem tréguas até à vitória total e que o colonialismo, que tão cobardemente assassinou Amílcar Cabral, tem as suas horas contadas.

O Salto em nome dos trabalhadores portugueses emigrados saudou fraternalmente Aristides Pereira na certeza de que ele saberá corresponder à confiança nele depositada pelo povo da Guiné.



As forças armadas do PAIGC entram em Guileje.

«Naquela altura as autoridades civis, militares e religiosas admitiam tudo isto como coisa evidente e havia centenas de pessoas que falavam do massacre nas ruas de Tete, pois elas tinham fugido de lá.

«As autoridades dizem que na data dos massacres as pessoas já tinham sido levadas para os 'aldeamentos'. Isto é mentira. Ainda no dia 16 de Abril deste ano, data em que saí de Tete, as pessoas que viviam nesta zona de Ugandali, que pertence a Gama, ainda não tinham sido 'aldeadas'.

A LOCALIZAÇÃO EXACTA DA POVOAÇÃO

«Não é uma povoação, é um grupo de povoações que ficam a uns 25-30 km de Tete no regulado de Gandali. O grupo é formado por Xaola, Wiriamo, João, e ainda nessa parte estão também Xenga, Luís, Cometa que ficam na zona de Gama no regulado de Rego.

«Elas ficam situadas no triângulo formado por Tete, a estrada de Tete-Beira, até Messana, virando depois para Gama junto ao rio Zambeze e seguindo depois o rio até Tete.

**CAMARADA DESERTOR!
CONTACTA O TEU JORNAL!
CRIA GRUPOS DE LEITURA
E DE DIVULGAÇÃO DE
«A VOZ DO DESERTOR»!**

*Escreve-nos para:
Silvestre Guilloire
52, rue d'Enghien
75010 Paris.*

Os I Jogos Florais foram um êxito. Os segundos serão melhores.

Utilitarismo Cultural e Demagogia

No seu artigo intitulado «Utilitarismo Cultural», inserido no Comércio do Funchal de 19 a 25 de Julho de 1973, Júlio Henriques tenta denegrir a obra cultural até hoje realizada pelo jornal *O Salto* e pelo Grupo de Teatro José Gregório, utilizando como meio a demagogia fácil e como método o confucionismo.

Falando do seu passado teatral no «Teatro Operário», Júlio Henriques conta-nos que nesse tempo vivia sob o signo de «mitologias», que o seu mundo estava longe do mundo real, que tudo lhe parecia estar para amanhã, que se entregava à tática sem espírito crítico. Conta-nos ainda que era o que se passava também com o «TO». Diz-nos ainda que as suas concepções e as do «TO» eram de «uma insolência

a raia ao 'terrorismo cultural'».

Estamos inteiramente de acordo que estas asserções de JH, como já tivemos ocasião de verificar variadíssimas vezes, correspondem à realidade. Realmente as concepções de JH e do «TO» eram, e continuam a ser, as do idealismo e do radicalismo. De facto, para JH e para o «TO», o teatro servia «apenas como pretexto para a promoção dum debate com a assistência» com o subseqüente deliberado empobrecimento artístico (palavras de um amigo de JH, citadas por este).

Até aqui estamos de acordo. Até aqui está tudo certo. Onde já não estamos de acordo é daqui para a frente; é quando JH começa a mentir, a lançar a confusão, sob a capa da lamentável história do «en-

ganado»; é quando JH diz que é esse «o comportamento dos grupos (reduzidos) que tentam ter uma intervenção cultural na emigração»; é quando ele diz que essas suas concepções eram «as concepções chinesas sobre a cultura». Ele descreve-nos o comportamento — idealista e radical — dele e do «TO» e depois quer-nos fazer crer que esse era o comportamento dos outros grupos de teatro, mentindo deliberadamente, lançando a confusão. Ele descreve-nos as concepções — idealistas e radicais — dele e do «TO» e depois quer-nos fazê-las passar por chinesas, mentindo deliberadamente, lançando a confusão. Ele quer-nos comover com a história do «enganado».

Mas, para desmistificar JH, abordemos mais de perto essas questões.

AS CONCEPÇÕES CHINESAS SOBRE A CULTURA E A ARTE

As concepções chinesas sobre a cultura e arte nada têm a ver, nem na teoria nem na prática, nem de perto nem de longe, com as que JH e o «TO» defendiam.

As concepções chinesas não são «mitológicas», não estão longe do mundo real, não são falhas de espírito crítico. Tão-pouco são de «uma insolência a raia ao 'terrorismo cultural'». E estão longe de precenizar o empobrecimento artístico.

Para o provar, transcreveremos apenas uma passagem de um artigo dum dos mais representativos autores chineses da nossa época sobre arte:

«O que nós exigimos é a unidade da política e da arte, a unidade do conteúdo e da forma, a unidade de um conteúdo político revolucionário com uma forma artística a mais perfeita possível. As obras de arte que não têm qualidade artística não têm força, por mais progressistas que sejam politicamente. Por consequência, nós opomo-nos tanto às obras artísticas que contêm um ponto de vista errado como à tendência para criar obras de 'estilo cartaz e palavra de ordem', as quais, ainda que correctas do ponto de vista político, manifestam uma falta de força artística».¹

Estas concepções, de uma limpeza sem par, estão longe de ser as que o «TO» e JH defendem e aplicam. E elas eram e continuam a ser aplicadas na China. Só para exemplo, basta-nos citar os ballets-teatro revolucionários da Ópera de Pequim — *O Destacamento Feminino Vermelho*, *A Rapariga dos Cabelos Brancos*, *A Lanterna Vermelha*, e tantos outros — de uma superior qualidade artística, que em nada fica a dever, neste capítulo, ao teatro burguês.

Porque é que JH diz que as suas concepções vêm da «adesão às concepções chinesas»? Demagogia barata. Decididamente JH quer-nos vender gato por lebre!

O GRUPO DE TEATRO JOSÉ GREGÓRIO

O GTJG para além de nunca ter perfilhado as concepções do «TO» e de JH, também nunca teve o comportamento destes. Nunca vimos o GTJG ignorar a «especificidade da arte»; tão-pouco o vimos reduzir o teatro a panfleto. Desde as representações de «Solidariedade» até à última representação de «A Mãe» durante os I Jogos Florais Portugueses na emigração, nunca vimos o GTJG na senda do idealismo e do radicalismo. Pelo contrário sempre vimos o GTJG combater essas manifestações da ideologia burguesa, com afinco e perseverança.

Mas, JH no seu artigo, depois de descrever as suas concepções e as do «TO» sobre a arte, vem-nos dizer que essas são também as do GTJG. Ele baseia toda a sua argumentação numa única representação do GTJG, aquando do espectáculo apresentado pela Liga Portuguesa do Ensino e Cultura Popular. Ora, uma única representação para analisar a obra dum grupo de teatro e sobretudo para inferir tais enormidades, é pouco!

A peça «A Mãe» foi representada pela segunda vez pelo GTJG durante os I Jogos Florais Portugueses, cerca de um mês depois da representação no espectáculo da Liga. Se a realidade correspondesse às afirmações de JH, a segunda representação seria igual à primeira, pois o que interessaria o GTJG seria apenas «dizer coisas». Mas o que se passou foi bastante diferente — o que não nos espantou pois sabíamos que o GTJG sempre pro-

continua na pág. 9



Peça vietnamita para crianças, posta em cena pelo grupo de «Teatro do Soleil» durante os I Jogos Florais Portugueses.

Prémio UTPE-Solidariedade

Os I Jogos Florais Portugueses atribuíram este prémio ao filme «Loreta e os Outros», da autoria do cineasta francês Dominique Dante.

O prémio UTPE-SOLIDARIEDADE é destinado a premiar a obra estrangeira que, tratando de um problema relacionado com o povo português, pelo seu conteúdo e pela sua forma, mais se aproxime dos objectivos do Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados.

Das variadas obras apresentadas nos I Jogos Florais Portugueses na emigração «Loreta e os Outros» é a que se aproxima mais desses objectivos, pois trata do caso da expulsão da França de uma militante anti-fascista portuguesa. O caso passou-se há cerca de dois anos num bidonville (bairro de lata) de Massy, na região parisiense, onde Loreta fazia um trabalho junto dos trabalhadores portugueses que aí moravam e Carlos, marido de Loreta, dava alfabetização aos mesmos. Após 15 mulheres do bidonville terem ido, juntamente com Loreta, ao Comissariado exigir certos documentos, as autoridades tomam a medida de expulsão. Mas, a esta medida, os trabalhadores portugueses do bidonville e progressistas franceses respondem com uma manifestação para exigir que a ordem de expulsão fosse anulada. As autoridades suspendem esta medida, mediante a pressão, por dois anos, permitindo assim que Loreta fique em França, juntamente com sua família, embora sob apertada vigilância.

O autor do filme, na entrevista que a seguir inserimos, dá-nos mais esclarecimentos sobre o filme.

O SALTO: Podes dar-nos alguns elementos sobre o filme «Loreta e os Outros»?

Dominique Dante: Quanto a mim o problema de Loreta é o problema de todos os trabalhadores emigrados, isto é, o problema das liberdades individuais, da liberdade de expressão, da liberdade de pertencer a um movimento, de ser delegado sindical, etc.

Se o meu filme é sobre este caso é também porque se trata de uma mulher, da tomada de consciência de uma mulher, e é muito importante. Assim quando ela, com mais 15 mulheres do bidonville vão ao Comissariado exigir os seus direitos, é já uma tomada de consciência das mulheres do bidonville.

E elas não vão ser bem recebidas, pois, em vez de ouvir o que elas reclamavam, o Comissário pergunta: «Você não habi-

continua na pág. 9

Algumas associações estão desde já a preparar activamente os II Jogos Florais. Entretanto, os I Jogos continuam a ser objecto de discussão. O nosso jornal continuará a publicar algumas fotografias e artigos sobre os I Jogos. Ler o artigo da p. 7 A Propósito do Júri Literário dos I Jogos Florais Portugueses

CONHECE os clubes de trabalhadores

FRANÇA

PARIS

Centro Outubro

154, Rue St. Maur
75011 PARIS
Metro Belleville

Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular
3, rue Recamier
75006 Paris

IVRY

Clube de Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris
25, Rue Christophe Colombe
94200 IVRY SUR SEINE
Metro Pierre Curie

PUTEAUX

Associação «Encontro Português»
20, Rue du Centenaire
92800 PUTEAUX

RUEIL

Encontro Português de Rueil
32, Rue Molière
RUEIL MALMAISON

CHAMPIGNY

Clube Português de Champigny
70, Rue Dunkerque
94500 CHAMPIGNY

FRANÇA - Outras Regiões

GRENOBLE

Associação Portuguesa de Grenoble
22, Rue Marcel Peretot
GRENOBLE

LYON

ATPAL - Associação dos Trabalhadores Portugueses da Aglomeração Lionesa
3, Rue Diderot
69001 LYON

BOURGES

Centro Recreativo dos Portugueses
Centre Culturel (M.J.C.)
Boite Postale n° 1
«Chancellerie»
18005 BOURGES

ALEMANHA

STUTT GART

Associação Operária 1º de Maio (Portugiesischer Verein)
7 STUTT GART 50
Pragstrasse 174

NEUSS

Centro Português de Neuss
404 NEUSS 8
Postfach 923

HOLANDA

AMSTERDÃO

Associação Resistência e Trabalho
Brink 1A
AMSTERDAM

INGLATERRA

LONDRES

Liga Portuguesa do Ensino
21, Theobald's Road
LONDON WC